



Anais da Assembléia

Nº 126

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XLX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DULÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Algaci Ornário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Ressorri - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Callo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 86.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Arlindo Troian, Djalma de Almeida César e Namir Piacentini (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N° 201/93 GPMGF
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir a Vossa Excelência com o propósito de solicitar, também na qualidade de Secretário Geral de meu Partido, as dependências do Plenário e Plenarinho desta Casa Legislativa, para que o PFL possa realizar a Convenção Regional, no dia 24 de outubro do ano em curso, das 8 às 20 horas.

Curitiba, segunda, em 20.09.93

Conhecendo o alto espírito público que o norteia, antecipo os sinceros agradecimentos do Partido da Frente Liberal, e da bancada pefelista neste Parlamento em particular, renovando votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 453/93, Mens. n° 042/93, de autoria do Poder Executivo, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por duas (02) sessões, do item 02 da Ordem do Dia de 20.09.93, que trata do veto apostado ao Projeto de Lei n° 093/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO N° 3521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por duas (02) sessões, do Projeto de Lei n° 453/93, da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) ERNANI PUDELL

Apoiamento: Ovídio Constantino e Doutor Rosinha.

REQUERIMENTO N° 3526

Senhor Presidente.

Os Deputados autores do presente, adiante subscritos, REQUEREM, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por dez (10) sessões ordinárias, o Projeto de Lei n° 453/93, oriundo da Mensagem Governamental n° 042/93, que extingue o Fundo de Previdência do Estado, criado pelo Art. 3° da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

Avaliam os autores do presente que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pode votar com clareza e serenidade a

referida propositura sem antes realizar um debate com a classe dos servidores públicos estaduais, diretamente interessada na matéria, reconhecida pela sua complexidade.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE, LUIZ CARLOS ZUK, EMILIA BELINATI, ALGACI TÚLIO, ERNANI PUDELL, PAULO MAIA, DOUTOR ROSINHA e COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 3497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3472

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja enviado votos de pesar a família da senhora MARIA LÚCIA JOVIANA GÓES DO NASCIMENTO, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 13 de setembro último, no Município de Brasilândia do Sul - Paraná.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, se dê conhecimento aos seus filhos, Vereador João Gonçalves do Nascimento e José Gonçalves do Nascimento, residente na Rua Cabo Umbelino do Nascimento, s/n, Município de Brasilândia do Sul - Paraná - CEP 87.593-000.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 3482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento do Padre Bugatti, ocorrido dia 13 de agosto na Itália.

O referido iniciou o Instituto João XXIII, fundado há 18 anos, que cuida de crianças abandonadas. Ele veio da Itália para trabalhar com crianças, "porque elas precisam de ajuda por serem carentes", como costumava dizer.

O Padre Bugatti foi representante da Congregação da Sagrada Família de Nazaré no Brasil e no Chile.

Desde que chegou em Ponta Grossa, em 1975, não mais deixou a cidade.

Tinha uma vida ativa, e só deixou de trabalhar quando ficou doente e teve que retornar a Itália para tratamento.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Instituto João XXIII, à Rua Pe. J. Piamarta, s/n, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, 20.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 501/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, fundada em 08 de Setembro de 1989; com a finalidade principal de desenvolver atividades sociais e de segurança pública.

Além dessas atividades, o Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa desenvolve: na área de assistência social a proteção à família, à infância, à adolescência, à velhice, o amparo ao adolescente carente, o atendimento a alcóolatras e programas de acolhimento de menor órfão ou abandonado.

Na área de saúde, ações e serviços de proteção à saúde com o desenvolvimento de programas de prevenção ao uso de drogas; além de ações e serviços de recuperação da saúde com o desenvolvimento de serviços de recuperação e readaptação de dependentes de drogas.

Assim, considerando o excelente trabalho que o Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa vem desenvolvendo desde sua criação, pois, além de cumprir suas finalidades estatutárias tornou-se o principal porta-voz organizado para a solução dos problemas que envolvem a segurança pública municipal - nada mais justo que venha a ser reconhecido de Utilidade Pública.

Para esta proposição espera contar o Parlamentar que a subscreve com o apoio dos nobres colegas com assento nesta Colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 502/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É autorizado o Poder Execu-

tivo a isentar a carga tributária de ICMS, em relação às operações internas com mercadorias de cestas básicas paranaense, as entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, portadora de decreto de Utilidade Pública e reduzir a carga tributária as operações internas normais, com mercadorias da cesta básica paranaense, indicadas em decretos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Civil vem se mobilizando em diversas frentes e de várias formas na tentativa de combater à fome que atinge as casas de milhões de cidadãos brasileiros.

O movimento já atinge sindicatos, associações de bairros, imprensa e instituições religiosas entre outras entidades de caráter não governamentais.

O Paraná também está contribuindo com sua parte. São muitos os esforços realizados por parte da comunidade organizada para dar combate à fome.

O Legislativo e o Governo do Estado precisam juntos em Regime de Urgência viabilizar mecanismos além dos já existentes, como programa governo "Panela Cheia", incentivo às micro-empresas, entre outras, para entrar nesta luta.

Neste sentido estamos apresentando este Projeto de Lei que propõe a isentar a carga tributária do ICMS, em relação às operações internas com mercadorias de cestas básicas paranaense as entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, portadoras de decreto de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 503/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - com sede e foro no Município de Faxinal no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Faxinal, entidade civil com fins assistenciais, vem prestando relevantes serviços à comunidade da região, sobretudo àquelas mais carentes, desprovidas de condições para atender às necessidades básicas como: assistência médica à criança, à gestante, famílias com prole

Curitiba, segunda, em 20.09.93

numerosa. Também esta entidade presta serviços de educação, higiene orientando no desenvolvimento e crescimento das crianças.

Portanto, pela importância de suas atividades prestadas à população carente da região, é justa a prerrogativa legal de declaração de Utilidade Pública desta entidade.

PROJETO DE LEI N° 504/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Club das Mães - Associação Beneficente de Faxinal, com sede e foro no Município de Faxinal, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Club das Mães - Associação Beneficente de Faxinal - como entidade civil com fins beneficentes com o dever característico de promover a integração e o bem-estar dos marginalizados, através de curso de educação, formação e orientação moral, religiosa e cultural, cumpre os requisitos necessários à sua declaração de Utilidade Pública.

Por estas razões inegáveis de assistência aos mais necessitados, faz-se justa a prerrogativa legal de declaração de Utilidade Pública desta entidade.

PROJETO DE LEI N° 505/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER, inscrito no CGC n° 80.818.636/0001-84, com sede na Cidade de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras são as dificuldades que vêm passando os agricultores, principalmente os médios e pequenos, nas últimas décadas, consequência da falta de políticas que lhes garanta subsídio e preço justo.

Esta instabilidade tem levado milhares de trabalhadores rurais paranaenses a migrarem para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e vários outros Estados na tentativa de outra atividade, adversa a

sua própria capacitação, muitos deles jogados na fila do desemprego ou mesmo de subemprego.

É preciso salientar que, as freqüentes modificações impostas à agricultura não foram devidamente acompanhadas pelos agricultores por problemas financeiros e por sua vez, por falta de infra-estrutura na propriedade que possibilitassem o desenvolvimento de várias culturas que lhes garantisse a subexistência e principalmente pela falta de informações.

Nesse contexto, o Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER, criado em 1988, por um grupo de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimentos e Entidades de Assessoria, tem por finalidade o estudo social-econômico da realidade dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, bem como fazer levantamentos estatísticos de dados de custos e nível de vida destas categorias. Realizar também, estudos e acompanhamento sobre a política agrícola e econômica visando dar orientação aos agricultores e às próprias entidades representativas.

Cumpra, portanto esta entidade, os preceitos contidos na Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, Artigo 1º, itens I, II, III e IV, não tendo fins lucrativos, prestando serviços desinteressadamente à comunidade conforme o que reza o seu Estatuto Social, evidenciado no Artigo 25.

PROJETO DE LEI N° 506/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Palmital, com sede e foro no Município de Pinhais, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1985, a Associação de Moradores e Amigos da Vila Palmital, é pessoa jurídica de direito privado, com organização e funcionamento disciplinados por estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Pirajuara, neste Estado, sob o número 11 - fls. 03, do Livro A-01.

Dentre os seus objetivos, é importante destacar: congregar os moradores e amigos da Vila Palmital e outras que venham a integrar a Associação, apoiando as suas legítimas aspirações e lutando por seus interesses e direitos, estimulando o espírito de solidariedade e comunidade entre

os moradores e amigos integrantes da entidade, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade.

O trabalho desenvolvido pela Associação, desde a sua fundação, há oito anos, foi responsável por importantes conquistas para a Vila Palmital, em Pinhais.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a Associação preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da entidade para tal reconhecimento.

PROJETO DE LEI N° 507/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Saint Germain, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em outubro de 1989, a Associação Mantenedora Saint Germain é uma sociedade civil, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, de duração ilimitada e com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Dentre os seus objetivos, é importante destacar: manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Para execução dessa finalidade, aliás, a Associação Mantenedora Saint Germain criou e mantém, em Curitiba, a Escola Estrutural de Desenvolvimento e Capacitação de Portadores de Distúrbios Severos de Comportamento, localizada no bairro do Bacacheri, em Curitiba, que desenvolve o extraordinário trabalho com crianças excepcionais.

Com documentação devidamente registrada junto ao Cartório de Títulos e Documentos do 1º Ofício desta Capital, a Associação preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da entidade para tal reconhecimento.

PROJETO DE LEI N° 508/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção aos Idosos - A.P.I., Ana Rosa, com sede e foro

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em outubro de 1991, com sede na Rua Rio Japurá, aos fundos da Igreja São João Bosco, no Bairro Alto, nesta Capital, a Associação de Proteção aos Idosos - A.P.I., Ana Rosa, é pessoa jurídica de direito privado, com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício, desta Capital, sob o nº 13025, do Livro "A" de Pessoas Jurídicas.

A Associação tem como finalidade precípua congregar, dar representatividade, atendimento, encaminhamento, além de defender os interesses coletivos e individuais de seus membros, perante as autoridades constituídas, aos particulares e a todos os segmentos organizados da sociedade.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a Associação preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da entidade para tal reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. (Lê):

"Após dois anos de existência o Partido Progressista tem se firmado, não só no Paraná, com em todo o País, graças à credibilidade e clareza de posições de seus dirigentes.

Com diretórios em praticamente todos os municípios do Paraná, e já estruturado em todas as grandes cidades brasileiras, o Partido Progressista, é hoje a quarta Bancada Federal e a segunda, a nível Estadual.

No Plano Nacional, já desponta como franco favorito ao Governo de Minas Gerais, nosso companheiro Hélio Costa, o que demonstra claramente, que este não é um partido conhecido só no Paraná, como querem alguns, mas sim, um partido novo, com idéias novas, que aglutina várias Lideranças Nacionais, em torno do ex-Governador do Paraná, Álvaro Dias.

A nível Estadual, detém a segunda maior bancada, que somada à Bancada Majoritária do PMDB, constitui a maioria ne-

cessária para dar sustentação ao Governo Roberto Requião.

A convenção regional do Partido Progressista, que aconteceu no último sábado, foi uma grande manifestação de apoio e de credibilidade ao presidente Nacional do Partido, Álvaro Dias, ao seu irmão, eleito Presidente do Diretório Estadual do PP, hoje Secretário Osmar Dias, e a todas as lideranças políticas que irmanados nesta luta verdadeiramente progressista e inovadora buscam de alguma forma transformar a tão desacreditada atuação dos políticos no nosso País.

Partido Progressista, quer com propostas inovadoras, demonstrar que o tempo é de esperança, e que ela pode emergir da vontade de um grupo de políticos que lutam para melhorar as condições de vida de todo o povo brasileiro.

As pesquisas tem demonstrado que o ex-Governador Álvaro Dias é hoje um nome nacional, mas acima de tudo, tem consolidada sua posição como virtual Governador do Paraná.

A Data Folha que está acima de qualquer suspeita, divulgou no último fim de semana, uma pesquisa que realizou em onze Estados Brasileiros, e aponta o Presidente Nacional do Partido Progressista, como o grande favorito para o Governo do Paraná.

É importante atentar para o fato de que há mais de dois anos o ex-Governador não detém mandato eletivo, ou cargo que pudesse privilegiá-lo de forma a intervir neste resultado, que todos nós, por experiência própria, sabemos o quanto é difícil ser obtido.

Não nos surpreende, que a projeção nacional do cidadão Álvaro Dias, passe pela consolidação do voto, voto de confiança, que a nossa gente nele deposita.

Quem conhece, como conhecemos a origem da família Dias, consegue entender bem o que ensina o velho testamento, imerso em eclesiástico, onde diz que: "O fruto revela como foi cultivada a árvore, assim como a palavra mostra o coração do homem... pois é no falar que o homem se revela..".

Álvaro Dias é hoje um nome que reúne todas as condições de ser candidato à Presidência da República.

Dispara com 54% das intenções de voto para Governador do Paraná, lidera pesquisas para o Senado no nosso Estado.

Enfim, é importante ressaltar que esta posição não se consolida por acaso.

Este é o reflexo da conduta do cidadão, do político, enfim do companheiro Álvaro Dias, que aprendeu ainda bem pequeno, que companheiro da gente, não fica sozinho na luta! .

Por isto mesmo, repito trecho do discurso de posse do ex-Governador Álvaro Dias, onde muito se aplica ao atual mo-

mento político que vivemos (Lê):

"A hora é para os fortes. Exigirá mais daqueles que não perderam a fé e a esperança. Somos um povo feito de fibra dos desbravadores. Sempre soubemos resistir a todos os tipos de adversidades. Sempre enfrentamos vitoriosamente todos os desafios.

Os obstáculos não nos abatem. As contingências adversas não nos amedrontam. Ao contrário. Retemperam a nossa disposição ao trabalho e à luta. Aguçam a inteligência e inrijecem o caráter de quem sempre buscou no trabalho a superação dos tempos áspers de crises pelas épocas de fartura colhidas nos campos férteis da esperança e da honestidade".

Muito obrigado, Senhores Deputados, muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Senhor Deputado Mário Bezerra, da progressista cidade de Cianorte.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Faço uso da tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para relatar um fato gravíssimo com relação a procedimentos por parte do Governador quanto de seus Secretários.

De antemão eu rogo a esta Presidência da Assembléia para que tome as providências urgentes no sentido de que nós iremos preservar a respeitabilidade pública com relação a esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Se houver qualquer omissão por parte desta Casa no sentido de apurar responsabilidade, estaremos correndo o risco de engrossar ainda mais a falta de crédito para com o Poder Legislativo, Senhor Presidente.

Os Senhores Deputados se recordam de que no início deste ano, precisamente no dia 13 de abril, baseado em fatos estampados em jornais, e em denúncias formuladas pelo Delegado Bassan a respeito de superfaturamento de helicópteros, dei entrada nesta Assembléia, motivado ainda naquela ocasião por uma manchete jornalística em que o Governador dizia que tendo em vista a denúncia de Bassan com relação a superfaturamento, ele mentou uma equipe de Procuradores do Estado buscando formular um relatório a fim de que a verdade viesse à tona. Como o Governador estava demorando muito para publicar esse relatório solicitei através de requerimento desta Assembléia que ele remetesse aos Senhores Deputados o dito relatório que segundo a imprensa já estava pronto, só que não havia divulgado.

Muito bem Senhora Deputada, Senhores

Deputados. Pedi as seguintes informações:

- que o chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, remetesse à Assembléia o relatório elaborado pela Comissão que investigava as denúncias de superfaturamento na compra de helicópteros, constituída pelo próprio governador.

Passou o tempo legal para que o Governador remetesse à Casa, esse relatório. Imediatamente demos entrada em um requerimento junto à Mesa, pedindo o enquadramento do Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, por haver desrespeitado a legislação, com referência a não remeter à Casa esse relatório, que já estava pronto, segundo o Governo, denunciado pela imprensa, desde o dia 31 de dezembro de 1992.

Usando de artifícios, o chefe da Casa Civil, tirou o corpo fora na resposta que deveria ser dada por ele, e nos remeteu um pequeno ofício, enviando em anexo, um outro, assinado pela Procuradora Geral do Estado, em exercício, que, na verdade, deveria ser remetido pelo Doutor Marés, que é o Procurador de fato. O chefe da Casa Civil tirou o corpo fora, para não ser incriminado posteriormente, por haver mentido para a Assembléia Legislativa. (Lê): "Senhor Primeiro Secretário.

Em resposta à solicitação acima formulada em Requerimento pelo Deputado Mário Bezerra Guimarães, e encaminhada ao Senhor chefe da Casa Civil, através de Vossa Excelência, cumpre-me passar às suas mãos a informação prestada pela Procuradoria-Geral do Estado, conforme expediente anexo (Ofício n° 119/93- PGE, de 20.05.93).

Atenciosamente.

(aa) MAURO ROCHA

Chefe da Casa Civil- Substituto"

Não foi o Deputado Caíto Quintana quem mandou.

O Ofício da Procuradora (Lê):

"Ofício n° 119/93

Curitiba, 20 de maio de 1993.

Senhor Diretor Geral.

Em atenção ao ofício 1190/93 da Assembléia Legislativa e despacho proferido no protocolado n° 1.526.494-2 tenho a informar que não foi elaborado, até o momento, relatório decisivo por parte das autoridades que determinaram a instauração de sindicância para apurar as denúncias oferecidas pelo Delegado Anibal Bassan Júnior.

Muito embora possa afirmar, desde logo, que ino correu superfaturamento na aquisição de helicópteros por parte do Estado do Paraná, pela própria complexidade da matéria, ainda não foram completamente analisados os quesitos suplementares formulados à Comissão para que pudesse ser enviado relatório final ao Senhor Governador.

Atenciosamente.

(a) MARIA MARIO RENNER WEBER LUNARDON
Procuradora Geral do Estado em Exercício"

Não foi o Procurador Marés, quem nos remeteu a resposta. Muito bem.

Ontem, folheando a Folha de Londrina, qual não foi a minha surpresa, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na página 4, traz uma manchete em letras garrafais, que diz o seguinte (Lê):

"COMISSÃO DE SINDICÂNCIA COMPROVA SUPERFATURAMENTO NA COMPRA DE DOIS HELICÓPTEROS PELO GOVERNO DO ESTADO".

Um relatório secreto da Comissão de Sindicância, que investigou a compra de dois helicópteros do governo, comprovou que houve um superfaturamento de US\$ 50,9 mil (cerca de CR\$ 6 milhões no câmbio paralelo) em apenas cinco itens verificados. O documento foi concluído em 31 de dezembro de 1992 e protocolado às 11h da manhã do mesmo dia no Palácio Iguazu, mas nunca foi divulgado pelo governo. Uma cópia obtida com exclusividade pela Folha na última sexta-feira mostra que, além do superfaturamento, a licitação foi recheada de irregularidades.

De acordo com o relatório, de 22 páginas, o painel de controle de áudio, que permite a conversação entre tripulantes e passageiros dentro do aparelho durante o voo, foi um dos acessórios com o preço mais superfaturado. O documento mostra que o governo pagou US\$ 23,8 mil por dois acessórios, quando a cotação máxima no mercado nacional era de US\$ 2,8 mil. O superfaturamento desse item foi de US\$ 21 mil.

Os dois helicópteros foram adquiridos pelo governo em 15 de setembro do ano passado da empresa Rotorbrás, representante no Brasil do fabricante canadense "Bell Helicopter". Os aparelhos custaram US\$ 2,048 milhões. Uma ação popular ajuizada na época pelo delegado Annibal Bassan Júnior denunciou um superfaturamento total de US\$ 448 mil. Cada aparelho não poderia ter custado mais que US\$ 625 mil (sem os acessórios), conforme documento do fabricante. Segundo a ação popular o superfaturamento no painel de controle de áudio havia sido de 582%. A investigação da comissão de sindicância comprovou que o governo pagou 746% a mais nesse item que o preço de mercado. A compra de quatro rádios "Bendix/King" de frequência VHF, de acordo com a comissão, custou US\$ 26 mil ou, US\$ 12 mil a mais que a cotação no mercado. Duas cápsulas altimétricas modo "C" tiveram um sobrepreço de US\$ 9,8 mil. Ainda na área de comunicação, dois transponder da marca "Bendix/King" custaram US\$ 6,6 mil mais caro.

O autor da ação popular, delegado Annibal Bassan, se negou na última sexta-feira a comentar as conclusões do relatório, assinado pelos procuradores Paulo Moacyr Wilhelm Rocha (presidente da comissão) e Luiz Carlos Caldas, e pelos funcionários do governo Yara Christina Eisenbach, José Renato Lopes de Azevedo e Celina Teixeira Soares "Sobre essa questão, só falo em juízo", disse Bassan.

A comissão isenta Bassan de qualquer punição em função da denúncia de superfaturamento. "Quanto a determinação governamental de eventual punição do denunciante, a comissão de sindicância entende incabível em vista de todo o conteúdo do presente relatório", diz o texto do documento. No decreto que instituiu a comissão, o governador Roberto Requião pedia a "devida apuração dos fatos e punição dos responsáveis, inclusive da pessoa denunciante se comprovada a inveracidade das notícias".

Além do superfaturamento, a comissão concluiu que houve irregularidades em todo o processo de licitação, realizado em maio do ano passado, e recomenda a abertura de inquérito administrativo contra todos os funcionários do governo que participaram da compra. A licitação foi presidida pelo chefe da Casa Militar coronel Wantuil Borges. Participaram também o piloto Alvaro Alberto de Barros, a advogada Elvani Sneege, a funcionária Lúcia Paula Biscaia e o ex-secretário de Comunicação Social, Gilberto Griebeler.

Sobre Griebeler, a comissão informa que ele foi escolhido por deter "conhecimentos consideráveis no que concerne a aquisição de aeronaves, porquanto, integrara anteriormente comissão licitatória que adquiriu aeronave de asas fixas para o governo do Estado, movida a turbina a jato". O relatório informa, entretanto, que o ex-secretário não compareceu a nenhuma reunião para definição da compra dos helicópteros.

A comissão levanta ainda suspeitas de irregularidades quanto ao recolhimento de ICMS na importação dos helicópteros. A Rotorbrás segundo o documento, substituiu em 23 de outubro as notas fiscais emitidas originalmente em 15 de setembro de 1992. "Ao que parece, tal substituição deveu-se unicamente à falta de destaque no ICMS devido", assinala o relatório. Até essa data, os dois helicópteros não haviam sido contabilizados pela empresa. Há dúvidas também sobre o recolhimento de imposto de importação, cuja alíquota foi zerada em agosto pelo governo federal e poderia ter reduzido o preço dos aparelhos.

Procurador afirma que relatório é preliminar

O Procurador-Geral do Estado Carlos

que o Paraná já foi governado por grandes estadistas. Nós temos que registrar a presença do grande estadista paranaense, o Bento Munhoz da Rocha, Parigot, o próprio Canet e tantos outros governadores que de fato vieram ao Paraná para tentar administrar, para tentar fazer alguma coisa neste sentido. Eram estadistas equilibrados, estadistas não odiosos, e quando nós os preterimos a respeito desta questão relativa ao Fundo de Previdência do Estado, nós, naquela oportunidade quando dizia nesta matéria da Folha de Londrina do dia 16 de setembro de 1993, quando lá diz o Governador Roberto Requião, quando indagado pelo jornalista: "quem está reclamando não é aquele imbecil que estava contra o Fundão e agora é a favor?", respondeu o governador.

Por isso, nós aqui fazemos questão de dizer que já tivemos, no Paraná, muitos estadistas, neste Governo, muitos estadistas equilibrados, não odiosos, não rancorosos, não autoritários. E para nossa surpresa, nós vimos esta posição ou o que se pensa a nível do Governo do Paraná em relação ao Deputado Paulo Maia. Ele deveria se dirigir ao funcionalismo público, como um todo, que está levantando a sua preocupação, já pelo salário de fome que ganha e que ele, com promessas cretinas, coloca uma reposição de 20 a 25% e diz que está dando o reajuste ao funcionalismo público. Deveria ele se dirigir a todos os funcionários públicos do Paraná, porque a reclamação, neste momento não é do Deputado Paulo Maia.

E aqui, nas galerias, hoje, para nossa surpresa, prova esta realidade. É a preocupação, volto a afirmar, no assalto que pretende fazer o Governo do Estado a um direito do trabalhador. Da mesma forma desequilibrada que ele encaminhou o Projeto apressadamente a esta Casa. Da mesma forma desequilibrada encaminha o seu pedido de extinção.

Por que o Governador, neste momento, eu quero aqui propor à Bancada de sustentação, quero aqui propor àqueles que levam e trazem recados ao Governador, que ele nos prove que estamos falando inverdade, respondendo a este dossiê através de ampla discussão com os sindicatos e associações representativas do funcionalismo público, dizendo que o que aqui está denunciado pelo Conselho Curador é mentira! Desta forma, nós nos calaremos. Caso contrário, nós vamos, aqui, eternamente denunciar esta "maracutaia", esta farsa que o Governo do Estado tenta impor ao funcionário público, tentando roubar-lhe o dinheiro do Fundo de Previdência, procurando transformar isto em ações do Governo do Estado e do Governo Federal.

Quando o Governo do Estado tenta dizer

que não seria aquele "imbecil" que estava contra na criação e agora se põe contra a extinção, nós queremos deixar afirmado a esta Casa que não podemos aceitar, assim como não aceitou o Poder Judiciário, também este Deputado não vai aceitar que o Governo do Estado tente atribuir a esse Deputado, ou atribuir a outros que me coloquem aqui aquilo que só tem provado que é próprio do Governador do Estado. Quando o Governador do Estado diz aqui: "Não é aquele imbecil que era contra o fundo e agora é a favor?" Nós queremos dizer de público ao Paraná que as qualidades que o Governador do Estado tem e que servem para ele, com certeza para mim não serve e não cabem a mim porque eu acho que o Paraná tem assistido o desgoverno, tem assistido uma imbecilidade, tem assistido pelos quatro cantos do Paraná a pregação apenas do ódio, a pregação apenas da divisão do Paraná.

E nós não vamos aceitar esse tipo de pecha, ou de provocação que o Governador queira fazer contra a minha pessoa, contra esse Deputado que já disse por diversas vezes: é funcionário público, e com dignidade que merece o servidor público ele vai ter essa voz sempre aqui em defesa desses servidores, em defesa desses segmentos. Não é essa tentativa de ameaça, não é essa tentativa de calar a minha voz e a minha boca que vai fazer com que, eu deixe de falar ou deixe de denunciar, ou deixe de exercer a função para a qual fui eleito nesta Casa.

Neste momento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, volto a frisar, e aqueles que ainda não tem deveriam procurar junto aos sindicatos, junto ao Conselho Curador do Fundo de Previdência esse dossiê, dossiê sobre o Fundo de Previdência do Estado; esse dossiê é elaborado pelo Conselho Curador do Fundo e diz que várias irregularidades entre elas as diversas informações pedidas através de ofício a respeito das verbas recolhidas e a forma de aplicação do Governo do Estado, e que até a presente data não teve resposta por parte do Governo, que ao invés de cuidar dessas questões, procura pela baixaria, tentar envolver os outros naquilo que só ele tem tido a capacidade de fazer, um processo de baixaria.

Quero finalizar deixando aqui a minha posição, que o Governo do Paraná demonstre através da verdade, retire este projeto que está aí para ser votado hoje em 1.^a discussão, convoque uma ampla discussão com todos os servidores, desminta o que consta do relatório do Fundo de Previdência, que com certeza se ele estiver com razão nós retiraremos as nossas posições no mesmo ato de grandeza que tivemos para aqui fazê-las, para aqui denunciá-las.

Marés, disse que o relatório da comissão comprovando superfaturamento dos helicópteros é "preliminar" e não foi aceito porque não esclarecia as dúvidas do governo, "Esse relatório não correspondia às informações que os secretários dispunham em relação a preços", afirmou Marés, sem apresentar a cópia do documento conclusivo. Segundo ele, o relatório final concluiu que a compra foi "legal e sem irregularidades". "Não houve fraude na licitação".

Carlos Marés, não soube explicar porque não foi aberto processo contra o delegado Annibal Bassan, conforme determinava o decreto assinado pelo governador Requião, já que o relatório teria comprovado a 'inveracidade das denúncias'. 'São muitas as ações que o governo tem que mover', justificou-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que a Mesa da Assembleia se mobilize no sentido de buscar as responsabilidades tanto por parte do Governo do Estado que é o Sr. Roberto Requião porque acobertou a irregularidade, acobertou o superfaturamento, quase 60 mil dólares superfaturados em cima de dois helicópteros hoje gerando a casa de 6 bilhões de cruzeiros. É co-responsável na trama. É necessário que a Casa busque junto à Casa Civil a responsabilidade, senão iremos passar por bobos da corte. Se essa Casa não tomar as providências devidas iremos ser ridicularizados pela opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que seu horário está terminando.

Consulta a liderança do PL se cede seu horário ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - A liderança do PL cede seu horário ao Deputado que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Mário Bezerra passa a falar no Horário do PL.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, está caracterizada a cara-de-pau do Governo através de seus assessores e de suas Secretarias. Sabedores de que num futuro muito próximo seria descoberto esse relatório que ele sonegou à Assembleia, porque a Assembleia aprovou nosso pedido em abril passado; sabedor de que poderia ser incriminado por falsa informação ou sonegação de informações, ele jogou a responsabilidade para o senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil substituto.

A mesma coisa a Procuradoria também passou agora para frente porque querem tirar o deles da seringa, porque não querem

prestar informações, aliás, como nunca têm feito. Infelizmente o povo do Paraná ainda não sabe a verdadeira farsa desse governo. E não é só com relação aos helicópteros Sr. Presidente, Srs. Deputados, a maracutaia campeia solta em secretarias e em órgãos do Governo. A Assembleia pede informações, eles sonegam essas informações. Ironizam os Srs. Deputados.

Dias passados eu fiquei abismado quando o Governador achincalhava o Deputado Paulo Maia pelos jornais com relação ao Fundão.

O Governo do Estado do Paraná, infelizmente, usa e abusa da Assembleia, mas eu gostaria de contar com o beneplácito dos meus companheiros independentemente de cor partidária para que nós cobrássemos do Governo a verdade. Que a Mesa, imediatamente hoje chamasse o Governo à responsabilidade, porque ele sonegou informação e mentiu e pode ser enquadrado no Código Penal. É necessário que nós não deixemos que o Governo passe impune.

A responsabilidade tem que ser apurada e cabe à Mesa da Assembleia buscar a responsabilidade tanto do Governo como da Casa Civil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Já estamos há dias usando a tribuna desta Casa para falarmos sobre a situação do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Para nossa surpresa, na Folha de Londrina de 5.^a feira do dia 16 de setembro de 1993, nós vimos matéria exposta dizendo a respeito da preocupação em relação à extinção do Fundo de Previdência.

Numa outra oportunidade também havíamos dito desta tribuna sobre uma tentativa do Governo do Estado de desmoralizar Deputado Paulo Maia, porque teve um projeto seu derrubado, nesta Casa, que pedia a transparência do Governo do Estado em relação às viagens ao Exterior. Dizia ele, naquela oportunidade, que o Paulinho Maia deveria fazer um Projeto para que os Deputados apresentassem notas de assistência social e outros mais, que se esquecia naquela oportunidade, e também deixamos registrado, nesta Casa, que o Robertinho Requião, quando aqui passou, não fez "bolhufas" nenhuma para mudar esta estória. O Robertinho Requião se esquecia, naquela oportunidade, e nós dizíamos que o que existe aqui, hoje, existiu também quando ele passou por este Plenário e nada fez.

Há que se registrar, neste instante,

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

Com muita alegria venho hoje à tribuna para falar do contorno sul de Rolândia. O contorno sul de Rolândia tem sido a minha plataforma de luta durante esses dois últimos anos. E felizmente na última quarta-feira tivemos a grata satisfação, a grande felicidade da autorização pelo senhor Governador do Estado, à Secretaria dos Transportes para a licitação da obra e de, imediato, a execução das obras do contorno sul de Rolândia que, na minha ótica, a obra rodoviária mais importante do Estado do Paraná no presente momento. Por ali trafegam mais de 15 mil veículos diariamente. Rolândia tem esse tráfego pesado transitando diariamente em uma de suas ruas principais, que é a Avenida Presidente Vargas.

E na determinação do Senhor Governador, esta obra deverá ser reiniciada dentro de 60 dias e a sua conclusão até o final do Governo Roberto Requião.

Por isso estou realmente muito feliz porque não tem sido outro o meu trabalho a não ser em busca da sensibilidade do Senhor Governador para a execução dessa obra realmente importante. Sabemos que obras rodoviárias não fazem parte da prioridade do Governo Roberto Requião, mesmo assim tivemos a sorte, digo isto porque Rolândia é a principal interessada na execução desta obra rodoviária, não obstante ser uma obra de interesse não apenas do Norte do Paraná mas de todo este Estado tão importante da Federação brasileira.

Esta obra veio em bom momento, porque, de fato, Rolândia não suporta mais e o Norte do Paraná a carga pesada, os acidentes contínuos que vêm acontecendo naquele município. E, com a construção do contorno, certamente, a nossa Rolândia será aliviada deste problema difícil, deste problema realmente gravíssimo.

Existem duas opções para o contorno sul de Rolândia. A primeira delas é o traçado primitivo da então administração competente e sábia do nosso companheiro Heinz.

Recentemente a Secretaria dos Transportes determinou a execução de um novo projeto, passando um pouco mais distante da cidade, mas também um projeto realmente importante, porque estaria dando melhores condições a Rolândia e a todos aqueles que trafegam no sentido Arapongas - Londrina; Londrina - Arapongas. Qual seja, um dos dois, determinados pelo setor técnico da Secretaria dos Transportes, isto deverá acontecer até o final do mês, Rolândia fi-

cará muito grata.

Por isso quero aproveitar o momento para agradecer a todos os Senhores Deputados, independentemente de partido político, que têm nos ajudado nessa caminhada, destacando, evidentemente, o trabalho do nosso Presidente Orlando Pessuti, o trabalho do meu Líder do PMDB - Renato Adur e de todos aqueles que de uma maneira ou de outra, trabalharam no sentido de que o Governador Roberto Requião autorizasse a execução desta obra até o final deste ano.

Por isso eu concluo dizendo que estou feliz, dizendo que o Norte do Paraná está recebendo uma obra rodoviária de grande interesse da população, obra esta paralisada há cerca de cinco anos, aproximadamente.

Por isto Rolândia está feliz e mais feliz está o seu representante aqui na Assembleia Legislativa, quando recebeu esta informação de que no futuro próximo teremos o contorno Sul de Rolândia construído para o bem de toda a população norte-paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, com a palavra o nobre Deputado Nelson Justus, por trinta minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, eu havia solicitado a palavra no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Não consta a inscrição de V.Exa.

O SR. NELSON JUSTUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi nestes dias uma mensagem impressa, colaboração do nosso grande amigo e ilustre Deputado Anibal Khury que tinha o título: "Desiderata, aspiração e desejo". E ela traz algumas normas de vida e de postura. É um convite a uma parada no tumulto de nossas vidas, é um convite a uma meditação séria, a uma reflexão profunda. E entre textos, na mensagem, existe uma frase que tem sido o lema de minha vida: "Seja você mesmo!" Aprendi com o meu pai, desde cedo, a escutar a todos mas, principalmente, a falar a verdade calma e claramente.

Srs. Deputados, sempre procurei nesta Casa escutar com atenção a todos e sempre procurei, após a análise dos fatos, assumir uma postura independente.

A minha posição, nas decisões desta Casa, esteve sempre acima de qualquer interesse político-partidário, visando continuamente a solução que satisfizesse melhor o interesse da população. Desta forma, fui contra o Governo, quando julguei

que deveria ser contra, e fui a favor do mesmo quando a minha consciência julgou melhor assim!

Nunca usei esta tribuna como palanque! Busquei sempre a coerência!

E todo este preâmbulo, Srs. Deputados, é para recordar a posição que assumi com referência à Mensagem Governamental para instituir o Fundo de Previdência. Naquela ocasião, contrariando o desejo do Governador, eu disse não! Votei contrariamente à formação do Fundo e fui voto vencido.

Hoje, reconhecendo o erro cometido, o Sr. Governador nos envia uma nova Mensagem, no sentido de extinguir aquele Fundo criado corrigindo uma decisão considerada por ele precipitada.

A minha posição, Srs. Deputados, permanece a mesma: fui contra a existência do Fundo como ele foi criado, evitando, assim, criar novos organismos complicadores para os aposentados. As garantias das pensões e das aposentadorias deverão sempre permanecer intactas!

Recordo-me muito bem, e tive ainda neste final de semana a busca de contatos com servidores, com Deputados, com colegas e com os Anais desta Casa, recordo-me muito bem do pronunciamento do Deputado Trevisan, do Deputado Paulo Maia, do Deputado Rosinha, e de tantos outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para continuar cada vez mais perto do meu argumento, contrário à existência do próprio fundo, pois o próprio Governo responsável pela existência do mesmo, ao apontar graves falhas que transformaram o fundo numa fonte de vantagens e empreguismos, deve, com certeza, neste instante discutir não só com esta Casa, mas principalmente com todas as categorias envolvidas no Fundo de Previdência do Estado.

A minha posição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até que se prove o contrário é imutável. Tive a oportunidade de dizer dia desses e fui precipitadamente chamado de oportunista, porque não me considero como tal. Aqui é o fórum de debates, aqui é o lugar para discussões e a pressa não é a melhor amiga da perfeição. Há assim que se ouvir, há assim que se discutir, há assim da mesma maneira - como ouvi nesta última sexta-feira dos funcionários desta Casa - muitos deles favoráveis a extinção do Fundo, mas preocupados com o que possa ocorrer com tal extinção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui, sim, contra a criação do fundo, mas gostaria muito de discutir, com equilíbrio, com bom senso, ouvir todos os prós e contras para que nós tomemos uma definitiva posição e que não incorramos, aí sim, que não incorramos, melhor dizendo, no mesmo erro da extinção do BADEP.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs.

Juritiba, segunda, em 20.09.93

Deputados, continuo com a coerência a favor da extinção do fundo, mas gostaria de ver esta Casa procurando o bom senso e equilíbrio para alcançar o melhor caminho. Se for realmente decidido através da ampla discussão que o melhor caminho é a extinção do fundo fica o meu voto mais esclarecido, fico mais em paz com a minha consciência para evitar que precipitadamente tomemos decisões que a história nos julgará mais tarde.

Era isto, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças:

PDT com a palavra.

Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Na época do Governador Álvaro Dias, em determinados dias o Palácio Iguazu se transformava numa grande central de notícias, de escândalos, de denúncias, ora envolvendo os desafetos do Governador e em muitas vezes envolvendo funcionários públicos que, lamentavelmente acabaram sendo injustamente denunciados e muitos deles hoje retornam aos seus serviços normalmente, exigindo indenização do então Governador do Estado do Paraná.

Hoje o Palácio Iguazu se transforma ainda mais uma vez no grande ponto de referência da passagem dos repórteres policiais, porque ali todos os dias ocorrem alguns fatos pitorescos, grotescos, estapafúrdios, que não se concebe. O Palácio do povo do Paraná, servir de ringue para os assessores do governador provisório do Estado do Paraná.

Pois bem. Todos sabem que na semana passada, tão logo do retorno dos peemedebistas a Convenção do Partido, ocorreram fatos desagradáveis que, mais uma vez, mancharam o nome do Palácio Iguazu, tantas vezes ocupado por homens honrados que por ali passaram e deixaram suas marcas de grandes administradores.

Na verdade, na semana passada, segundo informações, uma das salas próximas ao gabinete do Governador serviu de ringue para alguns assessores especiais do Governador - as informações dizem e a imprensa publicou - que houve um quebra-quebra numa das salas. Telefones foram quebrados, cadeiras foram quebradas, cortinas foram rasgadas, e entre "mortos e feridos", parece que algumas "baixas" aconteceram, que o diga o Deputado Acyr Mezzadri, que hoje desfila com o braço engessado, segundo informações.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É lamentável que esses fatos estejam acontecendo, especialmente dentro da Casa do

povo do Paraná, que é o Palácio Iguçu. Pouca gente sabe, mas a confusão teve um segundo "round". Na mesma noite, o Diretor da Secretaria Especial de Transportes Comerciais, Senhor Cezar Benoliel, chegou até a ir à casa do Governador para conversar com S.Exa., o Governador provisório do Paraná. Foi barrado pela segurança da residência do Governador, mas utilizou os seus pulmões para gritar - o que é pior - também não respeitando a lei do silêncio e acordando a vizinhança.

São esses os fatos lamentáveis que estão ocorrendo pelo Palácio Iguçu.

Por essa razão, Senhor Presidente (Lê):

"O respeito incondicional à moralidade e à probidade administrativas", diante da farta publicidade, através da imprensa local e estadual, de que, no último dia 16 o ringue onde ocorreu o quebra-pau entre o Chefe da Divisão de Serviços de Transporte Comercial, Cezar Benoliel, e o assessor especial do Governo, Doático Santos, ainda mostrava as marcas da refrega. Telefone partido ao meio, cadeira quebrada e persianas danificadas" (Jornal "Folha de Londrina", edição de 19.09.93 - Caderno Político).

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência, o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, o seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES,

com relação ao que aconteceu:

1. Qual a Secretaria de Estado responsável pela Divisão de Serviços de Transporte Comercial?
2. Em que data verificou-se o entreviro noticiado pela imprensa?
3. Quais os funcionários públicos envolvidos, além dos citados pela imprensa, e outras pessoas que participaram do "quebra-pau" em questão?
4. Do "quebra-pau" saíram pessoas feridas? Quais e com que ferimentos?
5. Qual a extensão dos prejuízos causados ao patrimônio público? (Além do telefone partido, cadeiras quebradas e persianas danificadas?)
6. Quem, ou quais, os responsáveis pelos prejuízos causados?
7. De que maneira pretende o Governo do Estado sejam ressarcidos, ao erário público, os gastos advindos dos prejuízos em questão?
8. Quais as medidas administrativas tomadas para punir os violentos e indisciplinados funcionários?

Sala das Sessões, em 19.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO"

Ao mesmo tempo, venho também, em cima do que disse o Deputado Mário Bezerra, do escândalo do superfaturamento dos helicóp-

teros, que há muito tempo vínhamos denunciando através da imprensa, e pedido de informações fizemos através desta Casa e infelizmente, não recebemos as respostas. Mas agora, diante dos fatos aí colocados, nós também estamos encaminhando hoje mais um pedido de informações (Lê):

"Considerando que compete a este Poder Legislativo "fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta", na forma do art. 54, XXVIII, da Constituição do Estado. Considerando ainda que, na forma do estabelecido no art. 27 do mesmo diploma legal:

A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, moralidade, publicidade, e, finalmente, diante das notícias publicadas pela imprensa nesta data, em especial a constante no caderno político do jornal "Folha de Londrina", dando conta que "comissão de sindicância comprova superfaturamento na compra de dois helicópteros pelo Governo do Estado", e que, "além do superfaturamento a comissão concluiu que houve irregularidades em todo o processo de licitação, realizado em maio do ano passado e recomenda a abertura de inquérito administrativo contra todos os funcionários do governo que participaram da compra", como também levanta suspeitas de irregularidades "quanto ao recolhimento de ICMS na importação dos helicópteros" e no "recolhimento de imposto de importação", o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e amparado pelas disposições da Constituição do Estado, em seu art. 55 e outros, requer o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Quais as medidas tomadas com base no relatório da Comissão de Sindicância, aberta através de decreto assinado pelo Senhor Governador, diante da comprovação de superfaturamento na compra de dois helicópteros pelo Governo?
2. Encaminhar cópia, de inteiro teor, do relatório em questão.
3. Encaminhar cópia do processo de licitação para compra dos dois helicópteros, incluindo a compra de acessórios.
4. Qual a justificativa para manter o relatório secreto, quando a Lei determina a publicidade de todos os atos administrativos?"

E a denúncia do jornal "Folha de Londrina" é grave. Isto pode até resultar em alguma ação mais direta contra o Governador do Estado. Ele sabia, ele recebeu em dezembro, se não me falha a memória, a conclusão deste relatório e o manteve fe-

chado, guardado em suas gavetas, não dando publicidade.

5. Qual a defesa apresentada pelo Estado, na ação popular, ajuizada pelo Deputado Annibal Bassan Júnior?
6. Segundo declarações do Procurador Geral do Estado, existem dois relatórios: um "preliminar" e outro final. Requer-se o encaminhamento dos dois relatórios, assim como cópias de todos os atos do Governo do Estado com referência à compra superfaturada dos dois helicópteros".

Estou requerendo encaminhamento dos dois relatórios, assim como cópias de todos os atos do Governo do Estado com referência à compra superfaturada dos dois helicópteros.

Será que com este superfaturamento não poderia o governador do Estado comprar centenas e centenas de viaturas para a segurança pública do Paraná? Centenas de ambulâncias para atender a questão social? Quem sabe poderia dar condições ao Secretário Durval Amaral, de Ação e Trabalho Social, defender o Instituto dos Cegos? Estive agora à tarde, antes de vir para cá, visitando o Asilo São Vicente de Paulo, onde estão 258 velhinhas que vieram de todo este Paraná, passando sofrimento com a chuva caindo em cima de suas cabeças durante a noite, com o telhado destruído, passando dificuldades, e o Governo do Estado não repassa nenhuma migalha de atendimento social.

Por estas e outras que exigimos um pouco mais de claridade nos atos do Governo do Estado. Fica criando uma série de problemas com suas ironias, com suas tiradas, que hoje o povo já não aceita mais, e o resultado está aí, nas pesquisas que mostram que no Paraná 93% tomou conhecimento de sua cassação e 37% foram favoráveis à cassação do Governador.

É preciso moralidade. É preciso, acima de tudo, respeito às constituições e ao povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças: PSDB.
(Declina).
PP.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos registrar nos Anais desta Casa, um expediente encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Ofício GT n° 337, Vitória, 11 de agosto de 1993 (Lê):

"Exmo. Sr. Deputado Dirceu Manfrinato
Muito Digno Segundo Secretário da

Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná.

Senhor Secretário.

A Assembleia Legislativa comunica a V.Exa. que aprovou Requerimento n° 225/93, de autoria do Sr. Deputado Carlos Magno Pimentel, inserindo nos seus Anais voto de congratulações com o povo do Estado do Paraná, pela realização do "Simpósio da Cafeicultura - Projeto Ouro Verde", realizado no dia 17 de maio no plenário desta augusta Casa de Leis.

No ensejo, expressamos o nosso real apreço.

Cordialmente,

MARCOS MADUREIRA
Presidente"

Queremos agradecer a participação dos Srs. Deputados com relação ao nosso "Projeto Ouro Verde" e que já está sendo editado um projeto oficialmente onde teremos o prazer de distribuir aos companheiros desta Casa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quem tem passado tem presente e tem história. Não temos nenhuma bola de cristal, mas sempre questioneei nesta Casa aos companheiros do Paraná, às lideranças políticas com relação ao ex-Governador Álvaro Dias. Notamos ao decorrer quando o ex-Governador deixou o Palácio Iguaçu, observávamos que a sua liderança é realmente uma liderança incontestável.

Em caso inédito para a política brasileira, não só a nível de Paraná, quando alguém deixa seu mandato e continua mantendo a expressiva liderança com a sua comunidade e com a sua população.

Sempre defendi esta tese defendendo o nome do ex-Governador Álvaro Dias como um dos homens imbatíveis nas eleições de 94. E nada mais do que o tempo para julgar aquilo que colocamos muitas vezes através dessa tribuna aos Senhores Deputados e à população aqui presente. E hoje podemos constatar que através da "Folha de São Paulo", datada do dia 19 de setembro - onde saiu uma pesquisa no Brasil de 11 Estados e que consagra nosso ex-Governador Álvaro Dias na preferência do eleitorado paranaense com 54% para voltar a ser o Governador do Paraná.

E nós do Partido Progressista, um partido que teve um crescimento assustador no Paraná e no Brasil inteiro, mas é evidente que pela liderança do ex-Governador Álvaro Dias, o PP se transforma num partido forte aqui no Paraná e forte a nível nacional.

Por isso em nome da nossa bancada registramos aqui a grande esperança e sem dúvida, se o ex-Governador Álvaro Dias decidir a concorrer ao Palácio Iguaçu, temos certeza dessa vitória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consulto a Liderança do PFL.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores públicos.

No nosso País entra ano e sai ano e nós trabalhadores cada vez mais perdemos as esperanças na transformação que deve sofrer a sociedade. Perdemos as esperanças nas mudanças e nas melhorias que desejamos, pois parece-nos que nos últimos tempos com a queda da ditadura e eleições diretas, teríamos governantes democráticos. E fomos enganados.

Quando não são democráticos, ainda se soma a isso governantes corruptos como foi o caso do Collor de Mello. Seja ele governador ou prefeito, age de maneira autoritária sempre desrespeitando os servidores. Parece que esses governantes somente enxergam em nós servidores, como objetos que eles podem usar, que eles podem jogar fora e como objetos eleitores, ou seja, para desenvolver as ações nas quais eles visem a sua manutenção única e exclusiva no poder.

Nós sabemos da importância que temos para o serviço público e para o Estado. Mas, os nossos governantes, através dos meios de comunicação, sempre contam aquilo que não é verdadeiro. Autoritariamente, passam suas posições.

Recordo, recentemente, as greves que tivemos dos servidores públicos, inclusive da Prefeitura de Curitiba, como foi usada através da mídia e agora a questão específica da extinção do Fundão. Foi dito pela mídia que a extinção era porque o Conselho Curador desejava ter telefone celular, desejava ter secretários, desejava ter hospedagem de primeira, quando viajassem, desejava viajar em ônibus leito, porque queriam que viajassem até em "toco duro", porque por servidor não merece ter respeito. E diziam que os membros do Fundão, o que eles queriam era única e simplesmente mordomias. Mas, eles não diziam a verdade. O nosso Governador foi Prefeito de Curitiba. E como Prefeito de Curitiba, jamais desejou discutir com os servidores públicos, qualquer proposta que dissesse respeito a nós, servidores. O atual Prefeito também, é a mesma coisa.

O que o Governador não quer é justamente a democracia. Ele não deseja a participação dos servidores indicados por seus pares, para no Conselho Curador poder saber o que está acontecendo com o dinheiro. O que ele quer é colocar este dinheiro no tesouro do Estado, aonde foge de qualquer controle, não somente dos servidores, mas inclusive também foge do controle da Assembleia Legislativa. E aí sim, com este

dinheiro poderá investir no ano que vem, em projetos os quais possam lhes trazer votos, uma vez que em dois anos e meio de gestão não conseguiu mostrar a que veio, ainda, em termos reais, do que efetivou no Estado do Paraná.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, mostraremos a nossa posição a respeito do Fundão, no momento da sua votação, quando o Deputado Ernani Pudell fará o uso da palavra. Mas, de antemão nós queremos dizer que somos contra o fim do Fundão. Vão dizer: "mas, vocês votaram contra, na época". "Por quê votaram contra?"

Votamos contra porque a Bancada Governista negociou um Projeto de Lei e, quando chegou aqui, cinco minutos antes de votar, o Projeto era outro. Rompeu-se um acordo de Lideranças. E por ruptura de acordo de Lideranças, nós fomos contrários, porque não atendia tudo o que tinha sido acordado.

Mas, agora, ele existe. E se não é aquilo que tinha sido acordado, é pelo menos administrado democraticamente pelos servidores, indicando seus representantes. E por esta e outras razões, o PT votará contrariamente à extinção do Fundão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário do Expediente. Passamos...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que fosse registrado nos Anais da Casa, a presença entre nós - dentre os inúmeros servidores públicos - do Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, do companheiro Brasil Paraná de Cristo, com o destaque de que ele foi eleito - por unanimidade - como Presidente da Confederação Brasileira dos Servidores Públicos, o que para nós, do Estado do Paraná, é uma grande honra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está devidamente registrado. Encerrado o Horário do Expediente. Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Depu-

Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei em nº 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando as dependências do Plenário e Plenarinho desta Casa, para que o PFL possa realizar Convenção Regional no dia 24 de outubro do corrente ano, das 8.00 às 20.00 horas. **Autorizado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a retirada por 02 (duas) sessões, da Proposição nº 030/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 093/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 030/93 veto apostado ao Projeto de Lei nº 093/93. Autoriza a doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 140/93

Curitiba, 13 de julho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 101/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 093/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Diamante do Sul, a Motoniveladora código 3MN 241 - HUBER WARCO, ano 1974, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre do fato de o mesmo ter sido considerado contrário aos superiores interesses da Administração, conforme informação prestada pelo órgão rodoviário estadual, a cujo patrimônio o objetivado bem integra, de que tal motoniveladora es-

tá cedida em comodato a outra municipalidade, onde vem sendo utilizada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício.

(O Projeto de Lei nº 93/93 foi publ. no D.A. nº 21 de 24.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 030/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o VETO apostado ao Projeto de Lei nº 093/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que foi comunicado a esta Casa de Leis, pelo Senhor Governador, através do Ofício nº DTL/SAT 140/93, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Executivo vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere os artigos 87, VII e 71, § 1º, ambos da Constituição Estadual.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é que o mesmo contraria aos superiores interesses da Administração.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

De conformidade com o requerimento acima aprovado, fica portanto retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões, a Proposição nº 030/93.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 027/93 veto apostado ao Projeto de Lei nº 75/93. Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bituruna o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício /DTL/SAT nº 130/93

Curitiba, 06 de julho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 97/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 075/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Bituruna, área de 15 alqueires, registrada no Livro de Transcrições das Transmissões "3X" às folhas nº 132, sob o nº 22.624, datado de 18 de dezembro de 1956, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre ao fato de a Administração, através de protocolos específicos, atualmente em tramitação pelas repartições competentes, estar procedendo análises quanto à possibilidade de utilização de tal área por órgãos estaduais e, também, em relação à adoção de outras condições resolutivas, se a questionada doação vier a ser considerada viável, conforme indicarem os resultados das referidas análises.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 75/93, foi publ. no D.A. nº 16 de 16.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO 27/93

VETO: Ao Projeto de Lei nº 75/93 de autoria do Deputado Valdir Rossoni.

OFÍCIO: 130/93

P A R E C E R:

Trata-se de recusa de sanção por parte do Poder Executivo, dentro do prazo legal, ao Projeto em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bituruna o imóvel que especifica.

Fundamentou o veto com base na faculdade constitucional (art. 87, inciso VII, c/c art. 71 da Constituição Estadual), por julgá-lo contrário ao interesse público.

A matéria está em condições de ser submetida à apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 037/93, veto aposto ao Projeto de Lei nº 145/93. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Sengés, o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO

PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 187/93.

Curitiba, 22 de julho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 133/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 145/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Sengés, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre da impossibilidade de efetivar-se a pretendida doação em face de o referido imóvel ter sido havido pelo Estado através dos Autos nº 167/80, de Arrecadação de Herança Jacente, circunstância essa que, de acordo com disposições do Decreto-Lei Federal nº 8.207, de 22.11.45, determina a utilização de bens assim havidos, em ações destinadas ao desenvolvimento do ensino universitário.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador em exercício

(O Projeto de Lei nº 145/93 foi publ. no D.A. nº 37 de 27.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 37/93

P A R E C E R:

A Proposição Veto nº 37/93, aposto ao Projeto de Lei nº 145/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Sengés, o imóvel que especifica.

A negativa da sanção ao referente plano de lei foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual.

Por tais fatos, este relator considera a presente Proposição em perfeitas condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 044/93, veto aposto ao Projeto de Lei nº 169/93. Autoriza o Poder Executivo doar ao Municí-

pio de Florai, o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT n° 227/93.

Curitiba, 03 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 163/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 169/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Florai, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado.

O não acolhimento ao questionado Plano de Lei decorre de informação prestada pela Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, esclarecendo que a medida contraria os superiores interesses da Administração, pelo fato de que tal imóvel poderá vir a ser ocupado por órgãos do próprio Estado, com o que seriam certamente evitados, caso essa necessidade ocorra, elevados gastos com aquisições ou locações imobiliárias.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 169/93 foi publ. no D.A. n° 42 de 05.05.93).

PROJETO DE LEI N° 169/93

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Florai - imóvel de propriedade do Estado do Paraná com as respectivas benfeitorias, localizado na Cidade de Flori, caracterizando-se como lotes de terras n°s. 20₂ e 21, da Quadra n° 40, com área de 468 m. (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados) e 396 m. (trezentos e noventa e seis metros quadrados) respectivamente, transcritos sob n° 13.703 às fls. 82 do Livro 3 - 0 e n° 2.656 do Livro 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Art. 2° - O imóvel que trata o art. 1°, será destinado a instalação da

Curitiba, segunda, em 20.09.93

"Biblioteca Pública Municipal de Florai", não podendo a qualquer tempo ser transferido a terceiros ou ser utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.06.93.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 44/93

P A R E C E R:

Veto aposto Projeto de Lei n° 169/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Florai o imóvel que especifica.

Sob os restritos aspectos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, nada obsta a sua apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, sendo assim é o parecer deste Relator.

Sala das Comissões, em 24.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 048/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 435/92, que autoriza o Poder Executivo ceder em Regime de Comodato, o imóvel que especifica ao Município de Flor da Serra do Sul. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT n° 236/93

Curitiba, 03 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 109/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 435/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a ceder, sob o regime de comodato, por prazo não inferior a quatro anos, ao Município de Flor da Serra do Sul, o imóvel que especifica, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem- DER.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre do fato de o pretendido imóvel ter sido considerado indisponível dada a possibilidade de ser utilizado por órgãos do próprio Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 435/92, foi publ.no D.A. n° 185, de 15.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO N° 48/93

P A R E C E R:

A referida Proposição veta o Projeto de Lei n° 435/92, de autoria do Deputado João Arruda que autoriza o Poder Executivo ceder em regime de comodato, imóvel ao Município de Flor da Serra do Sul.

Nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Solicito a atenção dos Senhores Deputados. Estaremos apreciando em bloco, item número 01, discussão única da proposição n° 027; item número 03, discussão única da proposição n° 037; item número 04, discussão única da proposição n° 044; item número 05, discussão única da proposição n° 048.

Lembrando aos Senhores Deputados que para a derrubada do veto e manutenção dos projetos, serão necessários vinte e oito votos "NAO".

Quem votar com a cédula "NAO", estará derrubando o veto e mantendo os Projetos; quem votar com a cédula "SIM", estará mantendo o veto e rejeitando conseqüentemente os Projetos.

O Senhor 1° Secretário, Deputado Basílio Zanusso, para a chamada nominal dos Senhores votantes.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Basílio Zanusso) -
Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Após a chamada nominal, para votação.
Vinte e oito votos presentes à urna.
Vinte e quatro pela manutenção do veto.

Três pela rejeição e um voto em branco.

Estão mantidos os vetos.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 453/93, constante da Ordem do Dia, da presente sessão. **Aprovado.**

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem). É público e notório que o Tribunal de Justiça do Paraná concedeu uma liminar ao PT, determinando que a Bancada pertencente ao Bloco Independente não tivesse direito de representação nas respectivas comissões da Casa.

Esta decisão impõe, necessariamente, à mesa da Assembléia, a reformulação dos cálculos de distribuição dos partidos nas comissões e isto, necessariamente, determinaria a inclusão de pelo menos um representante ou mais da bancada do PT na referida comissão especial, especialmente de Constituição e Justiça.

Todavia, observamos que a Comissão de Finanças, mas especialmente a C.C.J. deliberou na semana retrasada, analisando e dando parecer a esse Projeto de Lei.

Entendemos que esse parecer fere, absolutamente, o Regimento Interno da Casa, porque o Partido dos Trabalhadores não foi convocado para participar da reunião dessa Comissão.

Então, entendemos que em cumprimento ao dispositivo ao que determina a decisão judicial, deve, Vossa Excelência, retirar o Projeto da Ordem do Dia determinando a devolução do mesmo à C.C.J. para que emita o seu parecer somente após a inclusão da Bancada do Partido dos Trabalhadores na C.C.J.

Fizemos esse apelo e esse requerimento a Vossa Excelência até para evitar que amanhã venha recair sobre esta mesma Mensagem uma nova ação judicial que poderá invalidar todo o processo de votação, já que nós entendemos que a C.C.J. se reuniu, irregularmente, sem a presença do representante do Partido dos Trabalhadores conforme é direito assegurado no Regimento Interno da Casa.

Então para que se evite para que depois tenhamos que repetir, eventualmente, essa votação e que isso seja fruto de uma decisão judicial. Apelamos à Mesa da Assembléia, especialmente a Vossa Excelência, que faça cumprir o Regimento Interno, retire o Projeto da Ordem do Dia, anuncie a composição das Comissões para que nós possamos regularizar o parecer desse Projeto.

Esse é o requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência da Assembléia informa ao Deputado Ernani Pudell que não só está cumprindo o Regimento, como também a ordem judicial emanada do Poder Judiciário do Paraná.

Lembra-se Vossa Excelência que o despacho oferecido pelo Senhor Juiz, falava apenas e tão somente da não participação dos integrantes do Bloco Parlamentar Inde-

pendente nos trabalhos das Comissões Permanentes desta Casa. E esta Presidência determinou que os Deputados do Bloco Parlamentar Independente não participassem mais das reuniões e em nenhum momento estabeleceu o Poder Judiciário que as Comissões desta Casa estavam dissolvidas e não podiam funcionar.

As Comissões continuam funcionando regularmente sem a presença do Bloco Parlamentar Independente.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Data vênica, se o Bloco Parlamentar Independente não integra as Comissões, não cabe ao juiz dizer quem integra, mas sim o Regimento Interno da Casa, que, diante desta decisão, a exclusão dos Deputados do Bloco Independente abre necessariamente um direito à participação da Bancada do Partido dos Trabalhadores às Comissões, que nós esperamos que a Mesa anuncie essa nova composição, assegure ao Partido dos Trabalhadores a sua representação nas Comissões e aí sim nós entendemos que poderá a Comissão ser regularizada e voltar a funcionar.

Então é o apelo que faço à Mesa da Assembléia até para que não tenhamos, futuramente, que ingressar com um novo requerimento judicial tentando sustar inclusive esse Parecer, porque, no nosso entendimento, ele fere o Regimento Interno da Casa como consequência lógica, imediata e concreta da decisão judicial.

Então fazemos esse apelo a V.Exa.. O Juiz não entrou no mérito da composição das Comissões, mas a sua decisão nos remete obrigatoriamente a isso, a participação da Bancada do PT. Então faço o apelo a V.Exa., retire o Projeto da Ordem do Dia pelo menos por hoje, e amanhã teremos condições, V.Exa. poderá anunciar a composição da C.C.J. e aí teremos condições até de participar do parecer que foi dado sobre este Projeto.

É um direito que assiste à Bancada do PT, assegurado pelo Regimento Interno e que nós apelamos a V. Exa., na condição de Presidente da Casa, que faça respeitar os direitos do PT aqui na Assembléia do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Esta Presidência, em momento algum, irá cercear os direitos do PT, de sua participação nas Comissões ou não. A Presidência já anunciou que está promovendo uns ajustes finais nos cálculos de representação, de proporcionalidade das Bancadas em função das últimas mudanças partidárias ocorridas na Assembléia Legislativa e que ainda hoje deverá, em reunião de Lideranças, compor em definitivo as Comissões.

Mas a Presidência entende que as Co-

missões estão funcionando regularmente e não há necessidade de sustarmos ou adiarmos a tramitação de qualquer que seja o projeto tendo em vista que o funcionamento das Comissões está dentro daquilo que estabelece o Regimento Interno, não estando, neste momento, interferindo nos trabalhos da Casa.

Está em discussão o requerimento de preferência de votação.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Apenas para registrar nos Anais da Casa os protestos e o inconformismo da Bancada do Partido dos Trabalhadores com relação a esta decisão que, no nosso entendimento, fere frontalmente o que dispõe o Regimento da Casa, e com certeza será objeto de uma ação judicial para reparar o prejuízo que sofre a Bancada do PT em não poder participar da elaboração do Parecer deste Projeto que está sendo colocado em discussão por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está devidamente registrado.

Em votação o Requerimento de preferência de votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Procederemos à verificação de votação, a pedido do Deputado Dr. Rosinha.

OS Srs. Deputados que são favoráveis à aprovação do Requerimento de preferência, queiram levantar-se.

Vinte e quatro (24) Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados contrários à preferência de votação, queiram levantar-se.

Doze (12) Srs. Deputados rejeitam.

Está **aprovado** o Requerimento de preferência de votação.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 453/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 042/93 extingue o Fundo de Previdência do Estado, criado pelo art. 3° da Lei 10219 de 21 de dezembro de 1992. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. n° 119 de 31.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 453/93

P A R E C E R:

Com a máxima segurança, no estrito âmbito de legalidade desta Comissão, podemos afirmar que o presente Projeto de Lei encontra-se revestido das formalidades e amparos jurídicos exigidos por lei, podendo,

Por outro lado, na amplitude de análise gostaríamos de ressaltar alguns aspectos sobre a mensagem que tem servido de gancho para que muita coisa infundada seja divulgada como verdadeira.

Alguns juristas contratados por Sindicatos, passaram a dizer da inconstitucionalidade da mensagem, baseada nas disposições do art. 194 da Constituição Federal - publicação do jornal Correio de Notícias do dia 3 de setembro corrente, que ora juntamos ao parecer - que nada diz a respeito do fato, como poderão verificar os Senhores Deputados.

"Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social."

Não se percebe, nem explícita nem implicitamente, que tal artigo venha a concluir que "as verbas destinadas à seguridade social não integrarão o orçamento do Poder Público como, de forma ressaltada diz o referido comentário jurídico.

Ora, tal dispositivo consta no art. 195, § 1º, quando diz que "as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos Orçamentos, não integrados no Orçamento da União.

A letra Constitucional é de clareza pueril, pois ressalta a necessidade das receitas serem previstas em orçamentos de quem paga - INSS - mas não englobando na massa orçamentária da União, o que nada tem a ver com o presente caso.

Percebe-se, pois, a encomenda da opinião que além de confundir os servidores, causa espécie e pressão sobre quem decide, e de forma contrária aos interesses da administração pública.

Há que se considerar, também, outro aspecto e este, de grande relevância, quando verificamos os contidos no artigo 53 da mesma Lei que ora revoga o art. 3º, quando diz:

"Art. 53 - O Fundo de Previdência do Estado será gerido:

- I - na instância deliberativa, por um Conselho Curador.
- II - na instância executiva, pelas Secretarias de Estados da Fazenda e da Administração."

Mais uma evidência de que o Conselho Curador é meramente deliberativo, fiscalizador e que a instância da execução, fica na responsabilidade do Estado. E existem demais dispositivos constantes da mesma Lei, como é o caso do art. 60 quando consigna o prazo de doze anos para que o Tesouro do Estado responda pelas aposentadorias até então existentes.

Todavia, a presente mensagem vem somente e tão somente adequar a Lei em questão aos contidos no item da L.D.O. do art. 4, aprovada por este Parlamento, por unanimidade, quando diz:

"Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto de:

I -

II -

III -

a - ...

b - ...

c - ...

d - do Fundo de Previdência do Estado, a que se refere a Lei Estadual nº 10.219 de 21 de dezembro de 1992."

Com estas evidências todas, além da inexistência de qualquer óbice constitucional, somos favoráveis à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 453/93

P A R E C E R:

Propôs o autor a supressão do art. 3º da Lei nº 10.219/92.

No âmbito desta Comissão não existe óbice que possa impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 16.09.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO PREIS - Relator

Item 40...

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Solicitaria a informação da Mesa de que somente os projetos em 1ª discussão que dariam preferência de acordo com o Regimento Interno para a votação do Projeto 453.

Os projetos em 2ª discussão e em redação final terão prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sr. Deputado Colombino Grassano, artigo 101, § 4º, do Regimento Interno (Lê): "Será permitido a qualquer Deputado requerer".

Então, estamos atendendo ao Regimento Interno. Não está sendo ferido o Regimento Interno.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Na semana passada não ocorreu desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Na

semana passada, Deputado Colombino Grassano, não ocorreu desta maneira.

Nós estávamos em processo de votação. Hoje estamos em discussão.

Item n° 40, 1ª discussão do Projeto de Lei n° 453/93.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Paulo Maia, Doutor Rosinha e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 453/93. **Em votação.**

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, com apoio dos Srs. Deputados Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões, do Projeto de Lei n° 453/93. **Em votação.**

Nós iremos colocar, inicialmente, em votação o requerimento do Deputado Algaci Túlio.

Srs. Deputados que aprovam a retirada por 10 sessões, permaneçam como estão e os contrários se levantem.

Está **rejeitado** o Requerimento.

Esta presidência solicita aos servidores públicos e demais pessoas que se encontram nas galerias que se mantenham em silêncio para que possamos conduzir a sessão plenária.

O SR. PAULO MAIA (**Pela Ordem**) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Orlando Pessuti**) - Srs. Deputados que forem favoráveis à retirada por 10 sessões do projeto, queiram levantar.

Catorze Deputados aprovam a retirada. Srs. Deputados contrários à retirada, queiram levantar.

(**tumulto no plenário**)

SR. ERONDY SILVÉRIO (**Pela Ordem**) - V.Exa. não está se comportando com a dignidade que o caso requer. Vossa Excelência está permitindo que baderneiros tumultuem e ofendam moralmente os Srs. Deputados. Vossa Excelência tem que evacuar imediatamente esses baderneiros do plenário.

Esse é o dever de Vossa Excelência. Vossa Excelência tem medo de baderneiros?

O SR. PRESIDENTE (**Orlando Pessuti**) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR (**Pela Ordem**) - Estendemos que o respeito faz parte da vida de cada cidadão. Respeitamos a cada ci-
dão e solicitamos a Vossa Excelência que

faça cumprir o regimento interno da Casa, sob pena de nossa bancada se retirar até aguardar um procedimento de Vossa Excelência cumprindo com o regimento para que possamos votar as matérias.

O SR. PRESIDENTE (**Orlando Pessuti**) - Esta Presidência não concorda com a manifestação do Deputado Erondy quando diz que falta dignidade a esta Presidência, por que antes da questão de ordem ser levantada por Vossa Excelência, já tinha solicitado às galerias que se comportassem.

Solicito às galerias que se mantenham sentados em silêncio, sob pena de termos que solicitar a retirada dos nobres visitantes.

Está suspensa a sessão por um minuto, até que se restabeleça a ordem nas galerias.

(**Suspensa a sessão**)

(**Reaberta a sessão**)

Em votação o Requerimento de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que requer a retirada da Ordem do Dia por duas Sessões. Para Encaminhar, com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. ROSINHA (**Para Encaminhar**) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Como um dos autores deste requerimento, encaminho no sentido de que a Bancada Governista vote favorável a este requerimento. Qual a razão?

Quando aqui chegou a Lei do Fundão, ficamos por mais de um ano debatendo e discutindo este Projeto. Por mais de um ano, analisando artigo por artigo, o que seria nocivo, o que seria bom, tanto para o Governo como para os servidores.

E agora, em menos de 20 dias, chega um Projeto extinguindo o Fundão. Rapidamente se vota, sem voltarmos a debater, como foi debatido por ocasião da aprovação do Fundão.

Peço aos Deputados, principalmente da Bancada Governista, o bom senso, no sentido de votarmos favoráveis e que nestes dois dias haja intenso trabalho para podermos ver como podemos avançar. Assim foi por ocasião da aprovação do Fundão, quando aprovamos, praticamente por grande maioria dos votos favoráveis.

Agora, gostaríamos de recordar isso e solicitar a aprovação deste Requerimento, para que pudéssemos discutir o que é correto, incorreto, nocivo, útil no Fundão, na Lei que aprovamos. E assim, se for o caso, não somente mudar uma coisa ou outra ou extinguir o Fundo, mas até de repente, melhorar o próprio Projeto, que existe. E fazê-lo muito mais democrático do que é hoje.

Neste sentido é que peço o voto favorável e logo em seguida, entre as Lideranças, começar uma negociação sobre o Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Requerimento. **Rejeitado.** Em discussão o Projeto 454/93.

Para discutir, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A discussão e a votação deste Projeto não interessa apenas aos servidores do Estado do Paraná. Este Projeto coloca em jogo o próprio futuro do Estado, coloca em jogo a possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita, mais uma vez, às pessoas que se encontram nas galerias, que permaneçam sentadas ou se retirem no local.

Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Discutir) - Deste Projeto depende a saúde financeira do Estado do Paraná para os próximos anos.

Recordo-me que o Governador do Estado quando enviou a Mensagem a esta Assembléia encontrou a resistência de muitos servidores, encontrou até mesmo a resistência de Deputados preocupados pela extensão de um Projeto desta natureza, Projeto que passaria a regular todas as pensões e aposentadorias dos servidores do Paraná. Nos rendemos todos: oposição, servidores ao argumento do Governador do Estado, onde afirmava que se não fosse criado uma poupança, um fundo especial, em cerca de dez anos o Estado do Paraná consumiria mais de 80% dos recursos possíveis dentro do limite constitucional para o pagamento dos inativos.

Isso significaria, aceitando-se a argumentação do Governo do Estado do Paraná, mas teríamos apenas uma máquina para arrecadar impostos e para pagar o funcionalismo. 20% restante da capacidade de pagamento de pessoal do Estado não seriam por certo minimamente suficiente para manter o pagamento dos funcionários da ativa, e muito menos para manter os padrões mínimos de investimentos do Estado do Paraná.

A questão do Fundo de Previdência do Estado é muito mais do que uma mera discussão cooperativa sobre direitos de funcionários, ela trata do futuro do Estado do Paraná. E na condição de Deputado, com a obrigação constitucional de zelar pelos princípios administrativos, gostaria de saber se os cálculos do Governo do Estado estavam equivocados, se efetivamente em

dez anos vamos ou não gastar 80% da receita permitida para pagamento de pessoal com inativos. Se esses cálculos estiverem corretos quero crer que hoje os Senhores Deputados aqui presentes não poderão de forma alguma cancelar este projeto, ainda mais porque este Projeto não veio acompanhado de argumentos sólidos, consistentes que pudessem validar os argumentos originais que permitiram a criação do Fundo de Previdência do Estado do Paraná. Os argumentos, são pelo contrário, meros argumentos difamatórios, falaciosos que dão conta de uma pretensa disposição por parte de Conselho Curador de lançar mão de recursos do fundo para o pagamento de mordomias, jetons, etc. A discussão, os argumentos colocados pelo Governador do Estado não conseguem firmar os argumentos originais que tratavam de uma questão muito séria.

Quero aqui registrar também que a Bancada do Partido dos Trabalhadores não votou contra o mérito do Fundo, jamais. É bom que se resgate aqui a verdade e se lembrem que a oposição votou contrário ao Fundo porque após um ano de discussões, de um Projeto que foi consensual entre oposição, Governo e servidores, na última hora adentrou aqui na Mesa da Assembléia um substitutivo do qual ninguém teve conhecimento, um substitutivo que recebeu inclusive parecer na própria Sessão onde ele foi colocado, e foi votado sem que houvesse pelo menos condição de os servidores e da oposição ler o Projeto. Foi uma votação de protesto pela forma como foi colocado em votação o Projeto e não com relação ao conteúdo e ao mérito. Eu vou mais além, lembro aqui os argumentos que foram trazidos pelo dossiê enviado pelos representantes do Conselho Curador, existe aqui um alerta muito importante feito pelo Tribunal de Contas do Estado, dando conta, inclusive, de que os recursos que estão sendo alocados no fundo podem não ser suficientes para assegurar o pagamento das pensões e das aposentadorias.

Então, o Governador do Estado ao invés de reformular, acrescentar, melhorar, completar o projeto, como deveria ser, pelo princípio da responsabilidade, o que ele faz é suprimir, na verdade.

Mas, quais são as razões reais que levam o Governo do Estado a pretender a extinção do Fundo de Previdência do Estado? Aqui ninguém é ingênuo. Sabemos todos nós que o Governo do Estado ficou seduzido pelo enorme volume de dinheiro que consta do Fundo de Previdência Estadual e quer lançar mão desses recursos para que? Para colocá-los no Tesouro do Estado. Com qual finalidade, Senhores Deputados? Com o objetivo já declarado pela imprensa de que o Paraná pretende executar obras do Governo Federal como a ponte de Guaíra, dupli-

cação de BR's como se o Paraná fosse de fato um Estado que se desse ao luxo de estar construindo obras do Governo Federal com o dinheiro de fundo de aposentadoria de funcionários. O Paraná não tem mais problema de saúde pública, Senhores Deputados.

As escolas são suficientes? Como estão as nossas Universidades? Como estão os Institutos de Pesquisa do Paraná, como o IPARDES, IAPAR? Estão sucateados. Pode este Estado se dar ao luxo de construir obras do Governo Federal? Obras que nós não receberemos retorno em dinheiro jamais.

O que é mais grave, Senhores Deputados, fica evidente que essa operação para extinguir o Fundo de Previdência do Estado tem o objetivo de criar uma propaganda para ser veiculada a nível nacional, dando conta ou passando a idéia para o Brasil de que aqui está sobrando tanto dinheiro, que o Estado está arrumado e ainda nos damos ao luxo de fazer as obras do Governo Federal. E como se não bastasse terá o Governo uma segunda vantagem: grandes obras, sabemos todos nós significam grandes empreiteiras. Grandes empreiteiras, grandes volumes de dinheiro, sabemos nós generosas contribuições de campanha.

Eu quero lamentar aqui profundamente indignado que por um momento acreditei que tínhamos no Palácio Iguazu um Governador com visão de estadista, que resolvia abrir mão de 10% de recursos correspondente a folha de pagamento de seu pessoal para preservar a saúde financeira do Estado, para as futuras gerações e para preservar o direito de seus servidores. Isto é o Paraná, este Paraná aqui é o Brasil que vem dando certo. Talvez nós pudéssemos aqui trazer alguns dados aos Senhores Deputados que poderiam ilustrar as nossas preocupações. Este Estado que é o Brasil que dá certo hoje vai buscar no Fundo de Previdência de seus funcionários recursos para financiar obras do Governo Federal.

É interessante notar isto porque o Paraná, por exemplo, comparado com o Rio Grande do Sul, onde nós temos lá no Rio Grande do Sul que é 4,92% do PIB do Estado. Uma boa arrecadação de ICM no Rio Grande do Sul. Perdão, minto, 4,92 é Santa Catarina. Cinco vírgula catorze da nossa arrecadação no Rio Grande do Sul.

O ICM corresponde a 5,14% do PIB do Rio Grande do Sul. E no Paraná, um governo probo, honesto, competente, arrecada 3,38% de PIB. Dinheiro existe, mas ele vai pelo ralo da sonegação, ele vai pelo ralo da propaganda enganosa, milionária que promove o governo do Estado do Paraná. Governo competente tem que primeiro, arrecadar impostos como, pelo menos o faz, o Rio Grande do Sul. E se o Paraná é o Brasil que

deu certo, que se dá ao luxo de fazer obras para o governo federal, tem uma renda "per capita" em termos de ICMS, muito inferior ao Rio Grande do Sul que chega quase ao dobro do Paraná; a Santa Catarina que chega a 70% do Paraná. Temos uma renda "per capita" de 3.700 no Rio Grande do Sul e 2.900 no Paraná. Temos as piores taxas de analfabetismo nos três Estados do Sul. Nós temos aqui no setor de exportação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Paraná que empata com Santa Catarina que tem a metade da nossa população. O Paraná perde feio. Exporta cerca de 50% do que exporta o Estado do Rio Grande do Sul.

Quero dizer aqui com essas colocações, que jamais me seduziu a idéia de que esse volume de dinheiro arrecado pelo Fundo de Previdência do Estado, pudesse ficar repousando em contas, aplicado no mercado financeiro, em contas do Banestado. Um Estado que tem esses dados econômicos, que comprova uma profunda estagnação da sua economia, que tem um milhão e setecentos mil paranaenses em estado de indigência, não se pode dar ao luxo de ter 200 milhões de dólares aplicados numa conta do Banestado em RDB, CDB, Fundo de Ações, etc. Eu acredito que esse volume de dinheiro arrecadado pelo Fundo de Previdência do Estado, poderia ser melhor utilizado, mas não em obras, do governo federal, obras onde serviços serão feitos e jamais terão retorno. Esse volume de dinheiro, apenas uma sugestão da Bancada do Partido dos Trabalhadores, poderia servir como uma enorme poupança, como um enorme Fundo de Desenvolvimento, para financiar projetos industriais e agrícolas que alavancassem o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná. Poderíamos ter com esses investimentos, a possibilidade de agregar renda no Estado, porque isso, são dados que demonstram o último levantamento econômico. Criar indústrias, incentivar a agricultura significa agregar valores. Agregar valores significa aumentar a receita e a arrecadação do Estado do Paraná. Financiar indústrias, financiar a agricultura, significa aumentar empregos. Agregar renda, aumentar impostos, significa capacidade para pagar bem o funcionalismo, significa capacidade de investimento, significa capacidade para atender às responsabilidades sociais que o Estado tem.

Eu quero, Senhores Deputados, com toda franqueza dizer que a Mensagem que o Governo mandou a esta Casa, é um grande escândalo. É o mínimo que se pode denominar. Colocar o dinheiro de funcionários, manter inclusive - vejam bem o descaramento da proposta - manter o desconto de 10% e colocar esse dinheiro na conta do Tesouro do Estado, para ser aplicado pelo Orçamento. É fazer obras de caridade com o chapéu

alheio. Quero, diante disso, dizer o seguinte aos Senhores Deputados: eu acredito até que o único mérito que esse projeto tem nesse momento, é que poderemos sentar com os representantes do Conselho Curador, poderemos sentar até com o Governo do Estado e poderemos discutir uma destinação que interesse ao Paraná como um todo, que possa ajudar a alavancar o seu desenvolvimento, e que possa ao mesmo tempo preservar os direitos deste funcionário.

Por que não este dinheiro ser investido e colocado como forma de créditos produtivos? Estaremos aumentando a economia do Paraná e, ao mesmo tempo, se tratando de créditos, de empréstimos, teremos um retorno garantido ao Fundo de Previdência, preservando o direito do funcionalismo.

Agora, convenhamos, utilizar este dinheiro para construir obras rodoviárias federais, é um absurdo! Pois o Paraná, está demonstrando aqui numa matéria, que é real, acho que o próprio Governo para tentar justificar a disparidade de números entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quis argumentar que temos aqui muito mais estradas que no Rio Grande do Sul. Temos muito mais estradas que Santa Catarina. Pois é este realmente o problema no Paraná. O Paraná foi transformado no paraíso das empreiteiras de estradas e rodovias e foi um Estado que se descuidou do seu desenvolvimento industrial, econômico e social. E hoje estão aqui os dados demonstrando, os gaúchos andam em rodovias de pedras irregulares, andam muitas vezes em estradas de chão, mas os gaúchos têm uma renda "per capita" muito melhor; os gaúchos têm uma receita de ICM muito melhor; os gaúchos têm uma qualidade de vida muito melhor; uma expectativa de vida maior. É esta a pergunta que fazemos.

Este foi o Governo que assumiu que não ia mais construir estradas no Estado do Paraná e agora se rende ao canto das se-reias das empreiteiras para fazer obras do Governo Federal!

Estas são algumas das indagações que faço.

O Sr. Nereu Alves de Moura - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado, Vossa Excelência é contra a construção da Ponte de Guaíra, contra a FERROESTE? Pelo que V. Exa. vem colocando que o Governo do Paraná não deve pôr recursos do Estado numa obra de fundamental importância para a economia do Paraná, como é a Ponte de Guaíra, como é a construção da FERROESTE, V. Exa. está colocando que é contra estas duas importantes obras, que beneficiarão não o Oeste do Paraná, como todo o Estado.

Por outro lado, a economia brasileira

é gerenciada por Brasília e não pelo Palácio Iguazu. A estagnação da economia, a situação cruel que todos os brasileiros passam hoje, é ditada por Brasília e, infelizmente, o nosso Governador Roberto Requião não tem o poder hoje de ditar a política econômica deste País. A estagnação é em todo o território brasileiro.

Por isto queria contestar V. Exa. e saber inclusive se V. Exa. é contra a paralisação destas duas importantes obras para a gente ficar sabendo.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de

Vossa Excelência. Infelizmente Vossa Excelência argumenta mal, porque a obrigação de fazer e concluir a Ponte de Guaíra, é do Governo Federal. A duplicação da BR-116 é do Governo Federal e, a rigor, até mesmo a FERROESTE, que foi recebida em concessão pelo Paraná, Vossa Excelência, infelizmente, não ouviu muito bem o que eu estava aqui argumentando. Parece que Vossa Excelência acredita e é o único aqui nesta Casa e no Paraná que acha que o Estado do Paraná já deu conta de todos os seus problemas sociais, dos serviços públicos aqui que estão uma maravilha, as escolas, o sistema de saúde que podemos nos dar ao luxo de assumir obras no Governo Federal.

Agora, Vossa Excelência como eu e os demais Parlamentares poderíamos nos unir para exigir do Governo Federal que aplique os recursos na conclusão dessas obras.

O Sr. Renato Adur - (Aparte) - Vossa Excelência sabe do respeito que temos por Vossa Excelência, entretanto, entendemos que V. Exa. está querendo confundir as coisas.

A questão da Ponte de Guaíra, da FERROESTE, da duplicação da BR-376 foi muito debatido nesta Casa e foi destinado uma verba do Governo do Estado específica, uma verba do Governo do Estado proveniente do Governo Federal, de uma empresa. Uma empresa ligada ao Governo Federal que é a TELEPAR. Aprovamos neste Plenário a venda das ações da TELEPAR especificamente para minorar um problema grave que temos, tanto na Ponte de Guaíra, que V. Exa. como representante legítimo naquela região aplaudiu, inclusive, a iniciativa da obra. Eu não digo a questão do recurso. E V. Exa. sabe perfeitamente o benefício que vem para a comunidade. E não foi retirado recurso do Tesouro do Estado do Paraná. Buscamos um dinheiro morto que está na TELEPAR onde o Estado do Paraná tem apenas 7% daquelas ações. Não tem nem o direito de nomear nem o porteiro da TELEPAR, quanto mais uma diretoria e utilizando esse dinheiro para evitar que mais vidas sejam ceifadas nessa BR-376 que é uma rodovia de desenvolvimento do Estado, tão clamada,

tão reivindicada, não só pela população de Curitiba, mas pela população de todo o Estado do Paraná.

Portanto, V. Exa. está dizendo uma verdade quando diz que o nosso Governador Requião, que realmente busca desenvolver um trabalho pelo social no Estado do Paraná em programas como Panela Cheia, Readequação de Estradas, Micro-bacias, programas de Casas populares e tantos outros, problema de pedras irregulares que V. Exa. está dizendo que o Rio Grande do Sul retém milhares de pedras irregulares nas suas rodovias vicinais. O Paraná implementou esse projeto aqui e o dinheiro que está sendo destinado para verba que V. Exa. atribui que o Governo está jogando dinheiro de outro Estado para atender rodovias federais. O dinheiro, na realidade, é de uma empresa ligada ao Governo Federal. Não utilizamos nem um centavo do dinheiro do Estado para as rodovias. Vamos vender as ações; vamos desenvolver o projeto que é para atender uma reivindicação do povo do Paraná.

Sugiro a V. Exa. que solicite uma pesquisa em toda a população do Estado do Paraná e também de outros Estados, mas principalmente Curitiba e interior e veja se não teremos 80, 90% de voto favorável ao destino desse dinheiro para esse tipo de rodovia.

O Sr. Mário Bezerra - Quero cumprimentar V. Exa. pelo excelente discurso. Acredito que não esteja fazendo demagogia. V. Exa. está baseado em números.

Infelizmente temos um Governo que gasta mais na propaganda do que na obra. A Ponte de Guaíra nem foi começada e ele já gastou recursos ali que daria para fazer 1/3 daquela obra.

Como é uma grande mentira o PROSAN que vem de encontro à Região Metropolitana e por aí a fora.

Outra coisa que gostaria de cumprimentar V. Exa. com referência à absorção dos serviços federais pelo Governo do Estado.

Moro em Cianorte e a rodovia que liga Rio-Bertioga antes de Jussara até Umuarama está quase que intrafegável. É uma rodovia estadual. O Governo prometeu recuperar essa rodovia no exercício de 93 e até hoje, nada. Soube, inclusive, de brigas entre empreiteiras que atrasou a obra.

Então, eles saem aos quatro ventos dizendo que estão realizando isso e aquilo, absorvendo serviços que seriam da área federal, simplesmente para massagear seu ego e mostrar para o Brasil que é o melhor governador do Brasil. Uma grande mentira, uma grande farsa.

É necessário que os Deputados desta Casa façam o que V. Exa. está fazendo trazer números, levantamentos sérios, onde

colocam, realmente, a posição do Paraná a nível de Brasil. Cumprimento Vossa Excelência e digo-lhe que tem minha solidariedade.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Quero concluir, dizendo o seguinte, Deputado Nereu Moura, Deputado Renato Adur, as ações da TELEPAR pertencem ao patrimônio do Paraná. Eles serão gastos, os seus recursos serão gastos na construção de uma ponte que o Estado do Paraná colocará, certamente, o dinheiro a fundo perdido.

O que nós questionamos, e todos sabem, que o mercado das ações das empresas de telecomunicações do País devem sofrer uma alteração profunda. Estas ações tendem a se supervalorizar. E talvez haja, aí, um prejuízo gravíssimo para o Estado do Paraná. Aliás, o que já está ocorrendo nos municípios do Paraná, onde várias prefeituras estão vendendo ações da COPEL a preços muito abaixo do valor real de mercado.

Eu fico profundamente preocupado com estas operações, sem que haja a transparência necessária!

Agora, o que é fundamental à colocação que estou fazendo aqui e que nós não podemos distorcer esta argumentação, é que os recursos do Fundo de Previdência do Estado não podem ser gastos em investimentos, no Estado, que não tenham retorno garantido! Se nós colocarmos, por exemplo, este Fundo para financiamento de indústria, até do "Panela Cheia", como Vossa Excelência colocou, o que irá ocorrer, na prática, é que estes Fundos vão ao desenvolvimento, geram a produção, geram empregos, geram impostos, e o que é mais importante: é o retorno ao Fundo! Esta é a questão fundamental, porque o Fundo de Previdência do Estado, Senhores Deputados, nada mais é do que uma grande poupança, onde no futuro irão se servir os servidores, para receber suas aposentadorias. Se nós gastamos a poupança, agora, quando o Estado do Paraná ainda tem condições de bancar os seus inativos, como faremos sem esta poupança daqui dez anos?

Isso não sou eu quem está falando! É a argumentação do Governador do Estado, que quer convencer a todos nós, inclusive os servidores do Estado do Paraná. Esta é a questão fundamental! Este projeto simplesmente extingue o Fundo e coloca os recursos no tesouro. E aí, quando eu digo que este dinheiro será gasto nas grandes obras federais, é porque sai diariamente, na imprensa, que está sendo anunciado pelo Governo do Estado quais são as obras prioritárias do ponto de vista do nosso Governador, que é a duplicação da BR e a conclusão da ponte de Guaíra! Duas obras federais! Esta é a questão fundamental!

Por que é que este dinheiro não poderia voltar, por exemplo, para financiar projetos agroindustriais pelo interior do Estado? Incentivando e diversificando a agricultura, gerando empregos, gerando impostos, com o retorno garantido destes empréstimos ao próprio Fundo, novamente! Esta é a questão fundamental! E que este projeto não garante.

É por isso que eu quero fazer, aqui, concluindo, um apelo aos Senhores Deputados, não aprovemos esta matéria! Isto não significa que esta Casa não tenha o direito, e muito menos o Governo, de rediscutir algumas questões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência concede um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. ERNANI PUDELL - Os representantes do Conselho Curador estão aí, tenho certeza de que se nós nos sentarmos à mesa e discutirmos uma forma séria, responsável, para a destinação e aplicação dos recursos da Previdência, que podem ajudar a todo o Estado do Paraná, indiretamente também os próprios funcionários, eu tenho certeza que temos condições de encontrar uma solução.

Agora, a aprovação deste projeto, Senhores Deputados, significa decretar a falência programada do Estado do Paraná para daqui 10 anos. E aí nós não vamos, daqui 10 anos, eleger um Governador. Mas, sim, vamos eleger, na verdade o Presidente de um grande Instituto de Previdência para o Paraná. Ao invés de Governador vamos ter Presidente do INSS do Paraná, porque a única coisa que vai poder fazer é arrecadar imposto para pagar aposentadoria dos funcionários. E daí, talvez, o Governador Roberto Requião não esteja mais nem aí!

O Governo passa, mas as instituições, o Estado, os funcionários permanecem. Eles têm a sua continuidade. E cabe a nós, enquanto representantes do Poder Legislativo, preservar a continuidade do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados!

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu tomaria a liberdade de perguntar a Vossa Excelência e obter uma decisão se o Requerimento de autoria do nobre Deputado Renato Adur, Líder do PMDB, atendeu exatamente o que determina o artigo 180, § 4º?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Colombino Grassano, o Requerimento do Deputado Renato Adur vem subscrito pelo próprio Deputado, a Mesa anunciou isto na ocasião. E foi apreciado pelo Plenário

e não, veja bem, tem mais agora o apoio de cinco Senhores Deputados mas sim da maioria dos Senhores Deputados desta Casa. Portanto, está suprida essa exigência do nosso Regimento Interno.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu volto a indagar Vossa Excelência porque o § 4º, do artigo 180 é claríssimo: "Para preferência de que resulte..." (Lê).

Quando a Mesa recebeu o Requerimento do Deputado Renato Adur constava só a sua assinatura e não poderia recebê-lo. Não se trata de matéria colocada em votação para apoio a esse projeto como regimentalmente a Presidência coloca em todas as Sessões. Não foi esse o caso. Foi que o Requerimento do Deputado Adur só consta a sua assinatura e a Mesa não poderia recebê-lo da maneira em que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu entendo, Deputado Colombino Grassano, que nós estamos misturando as coisas. O que requereu o Deputado Renato Adur foi apenas e tão somente a preferência para um projeto. Em nenhum momento ele requereu a inversão da Ordem do Dia, mesmo que parcial, ele requereu preferência para um projeto apenas. E, este aspecto, cumpriu-se o Regimento Interno, além do que o assunto foi colocado à apreciação do Plenário e a Mesa, naquela oportunidade, anunciava que o requerimento era do Deputado Renato Adur, nenhuma Questão de Ordem foi levantada e Plenário decidiu favoravelmente pela aprovação do requerimento. Portanto, a matéria é assunto encerrado nesta Sessão.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Permita-me mais uma vez dizer uma coisa, houve vício na apreciação desse requerimento e deveria ser sanado tão logo fosse apresentado...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa não entende desta forma, Deputado porque não se trata de inversão parcial ou total da Ordem do Dia mas sim preferência pura e simples de um projeto de lei.

A Mesa concede a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, se o Estado do Paraná puder construir a duplicidade de todas as suas rodovias com certeza terá o nosso apoio. Se o Estado do Paraná puder ter de fato não a propaganda de que o Colégio Estadual do Paraná, depois de uma reforma se transformou numa escola de 1º Mundo, e de fato puder transformar a educação pública do Estado em educação pública do Primeiro Mundo com certeza terá o apoio do PDT do Paraná. Se o Estado do Paraná pagar decen-

temente os funcionários públicos, assim como esta Casa, com certeza terão o apoio do PDT do Paraná. Mas neste momento nós não queremos discutir a questão da rodovia paranaense, não queremos discutir as questões postas em outra fase que não esta que se prende ao Fundo de Previdência do Servidor Público do Estado do Paraná.

Quando criado o Instituto de Previdência do Estado, determinava-se naquela oportunidade que o Governo do Estado repassaria ao Instituto de Previdência 3% para a criação da previdência e das pensões. Governo algum, a não ser o Governo Paulo Pimentel que fez a implantação desse dispositivo, cumpriu esses 3% e os repassou ao Instituto de Previdência do Estado. Governos posteriores não procederam desta forma, e o ex-Governo Álvaro Dias reconheceu de fato que o Estado devia ao IPE uma soma de aproximadamente 400 milhões de dólares e que encontrava dificuldade no pagamento desta dívida astronômica.

O servidor público do Estado do Paraná cumpriu religiosamente a sua contribuição. O servidor do Estado do Paraná, e nós temos que deixar registrado nesta Casa, até a fase do Governo José Richa teve atendida as suas pretensões, não como de fato se deve atender com a dignidade e com respeito que merece o servidor no campo da saúde; mas teve, teve um atendimento razoável, teve um atendimento em todos os cantos desse Estado. Lamentavelmente os Governos posteriores lhes tiraram esse direito. Hoje precariamente se atende, volto a repetir, precariamente se atende no Instituto de Previdência em Curitiba e em Londrina, e encaminha-se ao SUS, quando o próprio Estado não quer contribuir com a Previdência Nacional, o Estado destaca o seu funcionário que precisa de atendimento para o atendimento através da Previdência Nacional.

Quando se encaminhou à Assembléia Legislativa o presente plano de lei, naquela oportunidade nós levantávamos algumas preocupações, dentre elas a efetiva e transparente proposta de cálculos atuariais e dizíamos o porque da nossa preocupação, para não acontecer, está registrado nos Anais da Casa, para não acontecer o que aí está acontecendo, propõe-se às pressas, levamos posteriormente neste ponto, nós temos que destacar que o Governo agiu com prudência, apesar de que nem todos os objetivos do funcionário público foi atendido pela lei do Fundo de Previdência, mas houve espaço para que as partes pudessem pelo menos ir a discussão. Tentou-se avanço, pequenos avanços houve, e nós não podemos deixar aqui de registrar. Questões também de propostas que foram abordadas em Plenário e que o Governo as vetou, nós também temos que regis-

trar no Plenário.

Mas não podemos neste momento nos calar diante de uma Mensagem como esta que aí está, ela atinge a todo o funcionário público, ela não diz em momento algum, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ela não diz em momento algum como ficará a situação daqueles servidores que o Governo já assinou a rescisão contratual, ela não diz em momento algum como fica a questão da estabilidade desses servidores. Ela levanta simplesmente a preocupação de fazer com que o servidor continue pagando os 10%, o Estado não diz nada mais a respeito disso. O Estado encaminha, posteriormente, uma mensagem que deverá, dentro em breve - chegar também a este Plenário, pedindo autorização para a destinação desses recursos na aplicação de obras públicas e a transformação desses valores em papéis da União ou do Estado. Recentemente tivemos aqui a polêmica das ações da TELEPAR. E agora queremos aceitar mais uma vez, os papéis pobres, quem sabe, do Governo Nacional, do Governo da União na transformação a nível de capitação dos recursos do Fundo.

O que estão pedindo os servidores? Os servidores estão pedindo a discussão transparente, discussão transparente pela forma como as coisas passaram a acontecer posteriormente à criação do Fundo de Previdência. E os servidores estão exigindo essa discussão, os servidores estão querendo essa participação. Os servidores estão pedindo alguns esclarecimentos e tenho andado nesse Estado, tenho viajado todos os finais de semana e tenho estado em contato freqüente com os funcionários públicos do Paraná que demonstram uma preocupação a respeito da sua situação futura, não só no campo da saúde; no campo da previdência; no campo da aposentadoria. São estas respostas que não estamos tendo. E queremos neste instante registrar, nos Anais da Casa, o que diz a Diretoria da Inspeção Geral de Controle à Presidência do Tribunal de Contas do Paraná, assunto: Relatório sobre o fundo de Previdência do Estado.

Introdução: "Conforme proposição desta Inspeção Geral de Controle e aprovação esta Presidência, realizou-se neste Tribunal de Contas", vejam bem Sr. Presidente e Srs. Deputados, e aqui as preocupações estão levantadas por Conselheiros, por ocupantes do Tribunal de Contas e estas preocupações temos, como fiscalizadores das coisas públicas, temos a obrigação de trazê-las a público. E queremos o que? Queremos respostas convincentes, queremos a transparência, queremos que se diga que o que aqui está levantado e o que aqui está colocado como preocupação por parte do Tribunal de Contas, não confere com a ver-

dade. Mas a proposição destes membros, demonstrarão que não só nós passamos a ter preocupação, mas todo o conjunto desta Assembléia passará a ter preocupação.

(Lê):

INTRODUÇÃO

"Conforme proposição desta Inspeção Geral de Controle IGC e aprovação dessa Presidência realizou-se neste Tribunal de Contas reunião conjunta com a Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado da Fazenda, Instituto de Previdência do Estado, Banco do Estado do Paraná S/A., o Conselho Curador do Fundo e este Tribunal de Contas com representantes das Inspetorias de Controle Externo e desta IGC.

O objetivo da reunião foi definir o atual estado de funcionamento e da administração do Fundo de Previdência do Estado instituído pela Lei Estadual n° 10.219 e Regulamentada pelo Decreto Estadual n° 2147/93 de 12.03.93, e dirimir dúvidas sobre a efetiva responsabilidade dos dirigentes dos órgãos envolvidos.

OS PARTICIPANTES

Secretaria de Estado da Administração e IPE:

- Dr. Cândido Bastos - Advogado
- Dr. Marcos Araújo - Advogado.

Secretaria de Estado da Fazenda:

- Dr. César Ferreira

Banco do Estado do Paraná S/A:

- Dr. João Alberto Tosin

Conselho Curador do Fundo de Previdência do Estado:

- Dr. Rubens Heitor Raimundo - Presidente;

- Dr. Alex Overcenko - Secretário Executivo;

- Dr. Otávio Padilha - Suplente;
- Dr. Adão Luiz Rodrigues - Suplente.

Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

- Dr. José Alpendre - 2^a ICE;
- Dr. Cesar Vialle - 6^a ICE;
- Dr. Paulo Oliveira - 6^a ICE;
- Dr. Paulo Patriani - 3^a ICE;
- Dr. José Rubens Cafarelli - 5^a ICE;
- Dr. Emerson Duarte Guimarães - 1^a ICE;
- Neusa Maria K.A. Santos - IGC;
- Marcelo Johnsson - IGC;
- Mário Gabriel Choiniski - IGC.

QUESTÕES DEBATIDAS

BENEFÍCIOS

As normas infra-legais quanto aos benefícios não foram editadas, entretanto,

as disposições da lei já suscitam dúvidas e geram polêmica.

Como exemplos esta IGC apresenta:

a) O benefício de pensão já é encargo do Fundo e está sendo pago. Entretanto somente esse encargo já comprometeu, no mês de abril/93, 38,69% do total das contribuições, conforme o demonstrativo financeiro de 10.05.93 da SEFA (anexo). Desse fato, se infere que os restantes 61,31% poderão comprometer a capitalização atuarial para os efeitos de encargos a serem assumidos.

b) Os encargos do Fundo se apresentam como desproporcionais para os efeitos de pagamentos integrais de aposentadorias sem os correspondentes tempos de contribuição de algumas classes de servidores dos quais a IGC indica os ex-Celetistas com 20 ou mais anos de contribuição previdenciária, e que venham a se aposentar após o 24° mês de vigência da Lei n° 10.219/92.

Tal fato implanta séria dúvida sobre a razão de ser do Fundo quando os encargos podem comprometê-lo "a priori".

Os itens conflitantes e as dúvidas suscitadas sugerem nova reunião para que os benefícios sejam debatidos especificamente com sugestões para adequação legal.

Pelo que se pode detectar é que existe uma preocupação tanto do Conselho Curador quanto desta IGC quanto à proporcionalidade entre a contribuição ao Fundo e o volume de encargos a ele deferido.

A administração compartilhada - SEAD - SEFA - IPE - BANESTADO - CONSELHO - não define concretamente a responsabilização em caso de má gestão do Fundo.

REGULAMENTAÇÕES

A Lei n° 10.219, Artigo 59, estipula como dever da SEAD a gerência dos benefícios, e a delegação ao IPE.

"Artigo 59 - a gerência dos benefícios previdenciários será da responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Administração poderá delegar a atribuição deste Artigo ao IPE."

O gerenciamento administrativo foi delegado ao IPE. Não houve regramento normativo referente aos benefícios. Não houve, tão pouco, a implantação do Plano Complementar do Seguro Saúde, após transcorridos os sessenta dias de vigência da Lei 10.219/92.

O Conselho Curador não possui ainda sua regulamentação para seu funcionamento efetivo.

Nos aspectos administrativos não houve preocupações quanto à funcionalidade e exequibilidade, pois o IPE não baixou os atos normativos (Art. 7° do Regulamento anexo ao Decreto 2147/93).

A verificação e o acompanhamento das ICES ficam prejudicadas pela indefinição normativa e funcional.

A SEAD e o IPE não formalizaram as normas referentes aos procedimentos administrativos que precedem as contribuições das Unidades Administrativas ao Fundo.

A SEFA não formalizou as normas referentes à arrecadação dos montantes e respectivas demonstrações e aos depósitos na conta do Fundo.

Igualmente não foi ainda celebrado o Contrato com o BANESTADO pautando o gerenciamento dos recursos do Fundo, conforme Art. 69 e a remuneração dos serviços conforme o § 2º do Art. 57.

Não há sustentação legal para a aplicação dos recursos do Fundo para constituir renda e para resguardar o poder aquisitivo dos recursos. O Fundo não tem personalidade jurídica própria para usufruir da isenção tributária que a Constituição Federal lhe concede. A aplicação dos recursos recebidos dos funcionários e referentes à contribuição do erário - depositados à conta do FUNDO no Banco do Estado do Paraná S/A., não podem ser apropriados - pois esta apropriação está vedada no Art. 4º da Lei nº 10.219 - e assim provocam uma tributação (IOF e IRRF) desnecessária e prejudicial ao Patrimônio fundiário. A formalização de qualquer aplicação financeira exige um C.G.C. próprio para fins tributários ou de isenção.

A caracterização dada pelo ilustre representante da SEAD e IPE - Dr. Cândido Bastos e pelo representante da SEFA - Dr. César Ferreira, de que o Fundo constituído pela Lei nº 10.219/92 é tão somente um FUNDO CONTÁBIL, não possui - em nosso entender respaldo no direito, pela razão de que os recursos financeiros não são obtidos por contrato sinalagmático, mas se constituem em parte de contribuição compulsória arrestada dos vencimentos dos servidores e em outra parte de destaque orçamentário prévio.

Não há metodologia explicitada para a apuração do resultado real do gerenciamento financeiro do BANESTADO para efeito de remuneração. (Até 1% do resultado real).

Também não foi fixada a frequência da remuneração.

Não há instrução para contabilização específica para as receitas originadas das aplicações.

Os Artigos 51 a 58 no referente às receitas e na aplicação dos recursos financeiros têm uma conotação autárquica que não está explicitada.

As receitas de alugueres, de alienações e participações societárias contradizem a não-institucionalização em pessoa jurídica autônoma de fins previdenciários.

A menção a empréstimos imobiliários

pressupõe estrutura e critérios de seleção dos mutuários e gerenciamento de alto custo que não cabem nos moldes do Fundo tal qual está erigido.

CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA

Na análise desta IGC, o plano de custeio a que está vinculado o Fundo não apresenta todos os fatores e variáveis que permitam a projeção das contribuições em conjunto com as receitas de aplicação para o enfrentamento dos gastos.

Os dados referentes aos beneficiários atuais de pensões somadas à constância histórica dos percentuais de oneração que dariam a estimativa deste tópico de despesa tornam proibitivo o cálculo e o impacto descapitalizador constante, desde logo, nos encargos do Fundo.

A falta de dados sobre o perfil etário, perfil de tempo de serviço, número e tempos de serviço de ex-celetistas somados à oneração atual do erário para as múltiplas formas de benefícios atualmente oferecidas pelo IPE e pelo Poder Público são de importância fundamental para os exatos cálculos atuariais.

Não há projeções dos encargos de auxílio reclusões e oneração nas contas do Fundo.

Não há estudos com previsão das aposentadorias compulsórias susceptíveis de ocorrerem após o 24º mês de vigência da Lei nº 10.219/92.

Não há informações sobre a forma de integração dos direitos previdenciários do pessoal remunerado dos Cargos em Comissão e de outros privilégios.

CONSELHO CURADOR

Quanto ao Conselho Curador urge a apresentação de seu regulamento com a especificação do cronograma administrativo para as auditorias (Art. 56 - Inciso III).

As ICES devem ter conhecimento das deliberações havidas no Conselho Curador e nos órgãos administradores.

As atas das reuniões já realizadas e das vindouras devem ser enviadas ao Tribunal de Contas.

O dever de promover AUDITORIAS periódicas serão realizadas com que frequência? Como conciliar a remuneração dessas Auditorias com a proibição contida no Art. 4º da Lei nº 10.219/92.

Art. 4º - Os recursos alocados ao Fundo de Previdência do Estado, não serão utilizados para outra finalidade que não a do custeio total da previdência social do servidor, sob pena de ser responsabilizado na forma da lei, quem assim o permitir.

- Qual a base de dados utilizada para o primeiro cálculo atuarial (1990)? E como os dados das folhas de pagamento atuais confirmam ou não as projeções atuariais.

S E F A

Ao Conselho Curador e aos órgãos de Controle Externo interessa conhecer a metodologia e critérios dos repasses do numerário do Tesouro Geral do Estado ao Fundo de Previdência do Estado, para o que se faz necessária a imediata expedição de normas de arrecadação, apropriação e aplicação dos recursos financeiros tanto da contribuição compulsória como dos demais itens do contido no Art. 51 e seus incisos.

BANESTADO

A gerência dos recursos financeiros pelo BANESTADO, o faz responsável pela guarda e pelo risco dos recursos financeiros do Fundo. Para esse mister, o artigo 57, parágrafo 1º prevê contratação do citado banco. Entretanto, em não existindo até o presente momento vinculação contratual, há que se esclarecer os responsáveis pela eventual má aplicação dos recursos.

- Este Tribunal de Contas, por força institucional deve conhecer os responsáveis e os gestores desse patrimônio do Fundo.

- A regularidade das contribuições mensais é fator positivo para o aumento do patrimônio do Fundo mediante aplicações periódicas de vulto, entretanto, essa possibilidade deixa de existir por falta de certeza de arrecadação.

- As normas atuariais de capitalização para efeito de suprir as obrigações não estão indicadas claramente aos que devem fiscalizar e vigiar o bem público.

- As cláusulas contratuais é que fixam as regras de defesa do capital do Fundo da correção inflacionária. Não há como questionar e responsabilizar o BANESTADO quanto as suas estratégias na defesa do Fundo de eventuais e danosas capitalizações sem conhecer a estrutura funcional que dele cuida.

- A identificação da remuneração a que o BANESTADO faz jus pela prestação de serviços de gerenciamento dos recursos financeiros do Fundo como despesa vedada pelo Art. 4º da Lei nº 10.219/92, não procede, porque a percentagem indicada refere-se tão somente a recursos novos, que forem gerados pela ação gerenciadora do Banco nas aplicações financeiras e não se refere aos recursos alocados originariamente pelas unidades administrativas.

- Da reunião conjunta tomou-se conhecimento de que o Fundo já possui três contas: uma de movimento, outra de pagamentos e uma terceira de aplicações. De tal fato surgem as seguintes dúvidas:

a) O Fundo está pagando IOF e IRRF no resgate das operações?

b) Quais as razões para a distinção de contas?

c) Qual a forma contábil dos balancetes trimestrais a serem publicadas?

d) Qual o poder de decisão do Conselho Curador sobre a estratégia de aplicações dos recursos financeiros do Fundo?

e) Qual a metodologia para a apuração do resultado real por parte do BANESTADO? Como se incorporam os resultados ao patrimônio do Fundo?

- Deverá haver uma estrutura organizacional específica para gerir os recursos financeiros do Fundo para o qual o Conselho Curador e os órgãos de Controle Externo se reportariam para esclarecer a evolução e o comprometimento periódico atuarial progressivo dos recursos financeiros.

I P E

Os atos de gestão delegada pela SEAD devem ser identificados por seus nomes e suas funções para que se possa fiscalizar e analisar os resultados principalmente no tocante aos benefícios.

- Para efeito de ampliar os serviços de saúde e Seguro Saúde, há necessidade de estudos prévios sobre a projeção dos recursos financeiros necessários. Ficam subordinados os estudos para o projeto de desembolso de Seguro Saúde e o Plano Complementar ao SUS, o Seguro de Vida e Auxílio Funeral.

- O controle externo ressentir-se da apresentação do sistema de controle do Quadro de Inativos do Estado sob o encargo do IPE.

- A inclusão dos serventuários da justiça para a inscrição, contribuição e benefícios está a exigir uma regulamentação específica para avaliar e definir a contrapartida do T.G.E.

DAS CONCLUSÕES

Diante da problemática que envolve o Fundo de Previdência do Estado impõe-se que o Tribunal de Contas em sua função institucional e em caráter preventivo, não aceite premissas de execução subjetiva ou de justificativa retardatária, principalmente no que se refere a regulamentos, normas e indicação de responsáveis.

Quanto à estrutura funcional, dada a magnitude dos recursos envolvidos, há que se suprir, com pessoal capacitado, direcionando-o tão somente a este fim específico, ou seja, a administração do Fundo.

O desempenho havido nos cinco meses da vigência da Lei nº 10.219/92 indica que a incorporação destes trabalhos às estruturas administrativas já existentes, não trarão resultados eficazes, uma vez que, dentro dos trabalhos de rotina, as unidades administrativas estão premidas pela falta de pessoal.

Cabe ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na guarda dos interesses da co-

letividade, não aceitar negligências administrativas, interesses escusos, que venham a comprometer a finalidade do Fundo.

Portanto, eleger autoridade diretiva é premente para integração, definição e concreção dos atos em todas as instâncias.

Cabe-nos sugerir, ainda, que os segmentos envolvidos se pronunciem oficialmente quanto aos questionamentos aqui expostos, oferecendo equações subsistentes para condução dos negócios incrementados pelo Fundo.

É o relatório.

Curitiba, 04 de junho de 1993.

(aa) NEUSA MARIA K. A. SANTOS

Diretora - IGC

MARCELO JOHNSON

TCE - 3/I

MÁRIO GABRIEL CHOINSKI

Ass. Jurídico"

O SR. PAULO MAIA - incrementados pelo Fundo, por Mário Gabriel Choinski assessor jurídico do Tribunal de Contas.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, aqui não vamos discutir a questão das estradas; não queremos discutir outras questões. Queremos apenas pedir ao Governo do Estado que abra pós questionamentos, que abra para transparência, que chamem as entidades envolvidas nesse processo e faça um trabalho limpo e honesto porque as dúvidas não estão levantadas apenas pelos Senhores Deputados da oposição, mas estão levantadas de formas concretas e sérias por membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. E se esta Assembléia abaixar a cabeça e votar simplesmente a extinção deste Fundo está respaldando mais um calote vergonhoso na vida do funcionário público do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação. APROVADO:

O SR. DR. ROSINHA - Peço Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. RENATO ADUR - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

Suspendemos a chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa irá proceder a Verificação de Votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto 454/93, queiram levantar-se. Vinte e seis (26) Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. RENATO ADUR - Como votou o Deputado Neivo Beraldin, Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 20.09.93

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está APROVADO o Projeto.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, vinte e sete Deputados presentes! Peço a recontagem!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e seis (26), mais um voto e mais o Presidente: vinte e oito (28). Está APROVADO o Projeto.

O SR. ERNANI PUDELL - Peço Verificação, novamente, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei n° 367/92, que institui o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares do Sistema Único de Saúde. **Aprovado.**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado do Paraná.

Art. 2° - Todos os hospitais públicos, filantrópicos ou particulares estarão vinculados ao Sistema de Vagas Hospitalares (SVH) na forma de sua regulamentação.

Art. 3° - O Sistema de Vagas Hospitalares (SVH) será coordenado e subvencionado pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A implantação e a manutenção do funcionamento das unidades do Sistema de Vagas Hospitalares será realizada mediante convênio com as direções municipais do Sistema Único de Saúde e as Prefeituras Municipais.

Art. 4° - A Secretaria de Estado da Saúde implantará, com base em sua divisão regional as unidades necessárias para funcionamento do sistema.

§ 1° - A coordenação das unidades é de responsabilidade da autoridade sanitária ou seu designado ao nível regional a que ela corresponde.

§ 2° - Cada unidade deverá ter o controle diário das vagas hospitalares e sua disponibilidade em sua área de abrangência.

§ 3° - O atendimento à população pela unidade do Sistema de Vagas Hospitalares poderá ser feito diretamente ou por telefone, cujos números serão divulgados amplamente para conhecimento público.

Art. 5° - As despesas decorrentes da

aplicação desta lei correrão por conta da dotação própria da área de saúde.

Art. 6º - A regulamentação e implantação do Sistema previsto nesta lei dar-se-á no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação da Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.09.93.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 265/93, que dispõe sobre o Controle de Comercialização de Benzina, Éter, Thinner e Clorofórmio. **Aprovado.**

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de gasolina, éter, solventes e clorofórmio para menores de 18 anos (dezoito) anos.

Art. 2º - Só poderão comercializar os produtos relacionados no artigo anterior, as firmas que estiverem devidamente cadastradas na Secretaria da Saúde.

Parágrafo Único - A comercialização referida deverá ser registrada em talão especial onde conste, obrigatoriamente, o nome legível do comprador, endereço, número dos documentos de identificação, a quantia do produto adquirido e a seguinte inscrição: "Venda proibida para menores de 18 (dezoito) anos".

Art. 3º - Nas embalagens de gasolina, éter, solventes e clorofórmio deverá constar de forma visível a seguinte inscrição: "A inalação deste produto pode causar morte".

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

EURIDES MOURA - Relator

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 353/91, autoria do Deputado Antônio Annibelli. Acresce Parágrafo Único ao Artigo 4º da Lei nº 4706 de 14 de março de 1963 (Declaração de Bens). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e Comissão Permanente Fiscalização. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registrado o voto contrário da Bancada do PT.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 039/93, autoria do Deputado Toti Colaço. Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 39/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei nº 39/93, ora sendo examinado por esta Comissão de Finanças, autoriza o Poder Executivo a reduzir até 7% (sete por cento) o ICMS, incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

A iniciativa estaria eivada de vício, por invadir as prerrogativas exclusivas do Sr. Governador do Estado, elencadas na Constituição Estadual, no entanto, ao se considerar o cunho meramente autorizatório do Projeto, nosso parecer é pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Em discussão o Projeto, ressalvadas as Emendas. Em discussão as Emendas. Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas. **Aprovado o Projeto.**

Emenda nº 1, do Deputado Toti Colaço. **Aprovada.**

Esta Presidência restitui o poder à C.C.J. para que ofereça parecer à emenda de nº 02, de autoria do Deputado Doutor Rosinha e outros Srs. Deputados, cuja emenda não foi apreciada na C.C.J.. O Projeto retornará à Ordem do Dia ainda em 2ª discussão.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 299/93, autoria do Deputado Colombino Grassano. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E. e C.O.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 314/93, autoria do Deputado Algaci Túlio. Declara de Utilidade Pública a Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, com sede e foro no Município de Luziânia, Estado de Goiás e representação regional nesta Capi-

tal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..
Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 325/93, autoria do Deputado Toti Colaço. Denomina de Rodovia Edgard Andrade Gomes, o trecho da Rodovia que liga os Municípios de Irati à Inácio Martins. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 353/93, autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho que liga o Município de Pérola ao Distrito de Boa Esperança, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 354/93, autoria do Deputado Nilton Barbosa. Denomina Ponte Pedro Merhy Selene, a Ponte sobre o Rio Negro que liga os Municípios de São Mateus do Sul no Estado do Paraná até a divisa com o Município de Três Barras no Estado de Santa Catarina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 358/93, autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Pierino Gotti. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Substitutivo Geral da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo. O Projeto irá a 3.^a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 370/93, autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 403/93, autoria do Deputado Oswaldo Trevisan. Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Serafim Meneghel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Registre o voto contrário da Bancada do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 398/91, autoria do Deputado Algaci Túlio. Institui pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° grau no Transporte Coletivo das Regiões Metropolitanas do Estado do

Curitiba, segunda, em 20.09.93

Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.E.. (Publ. no D.A. n° 112 de 10.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo instituir pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° grau, no transporte das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.93

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 398/91

AUTOR: Deputado Algaci Túlio

SÚMULA: Institui pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° grau no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná.

P A R E C E R:

O Plano de Lei, institui pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° grau no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná.

Logrou parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo quaisquer óbices, Constitucionais, Legais ou Regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 10.12.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Parlamentar Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 398/91, ora sendo examinado por este Relator, institui o pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° grau, no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná.

Como resultado de minucioso exame por parte deste relator, verificou-se a não

existência de impedimento algum que pudes-
se impedir a sua aprovação por esta Casa
de Leis, razão pela qual emito o parecer
favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 398/91

AUTOR: Deputado Algaci Túlio

SÚMULA: Institui o pagamento diferenciado
para os estudantes de 1° e 2°
graus, no Transporte Coletivo das
Regiões Metropolitanas no Estado
do Paraná.

P A R E C E R:

Após minucioso exame quanto a análise
constitucional, regimental e legal do Pro-
jeto em epígrafe, temos a informar que na-
da opomos quanto a lograr parecer favorá-
vel, ao assunto supracitado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

Em discussão.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)
- Senhor Presidente, Senhores Deputa-
dos.

Nós queremos apenas registrar e enca-
minhar favoravelmente ao Projeto de Lei. E
apenas recordar aqui como as vezes as pes-
soas mudam de posição, ou refletem as ve-
zes os erros feitos e passam a pensar di-
ferente, e isso é importante, principal-
mente nesta Casa.

Só queria registrar que um Projeto
nesse sentido, tramitou na Câmara de Ve-
readores de Curitiba, e enquanto exercendo
o cargo de Prefeito Municipal, o Deputado
Algaci Túlio após o seu veto ao projeto
que tramitou, aprovado na Câmara de Vere-
adores. E nesse momento nós votamos um Pro-
jeto que leva esta isenção de pagamento
diferenciado aos estudantes de 1° e 2°
grau na região metropolitana de autoria do
Deputado Algaci Túlio.

Queremos louvar essa atitude e achamos
que realmente é um direito dos estudantes
do Paraná, não só da Região Metropolitana,
como do Estado, como também do Município
de Curitiba que na época o Deputado Algaci
infelizmente não pensava desta forma e que
o Projeto foi vetado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está
em votação o Projeto de Lei n° 398/91.

Aprovado.

O Sr. Renato Adur - Solicitamos Verifica-
ção de Votação, Senhor Presidente.

O Sr. Algaci Túlio - Matéria vencida, Se-
nhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Me-
sa defere e colocará em Verificação de
Votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o
projeto queiram levantar-se.

(Pausa)

Oito Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam
queiram levantar-se.

(Pausa)

Dez rejeitam.

Não há quórum para deliberação, somen-
te para prosseguimento da Sessão.

Os projetos a seguir foram colocados
em discussão, estando, portanto com sua
discussão encerrada.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 108/93,
autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que
declara de Utilidade Pública a Associação
Filantrópica Puxavante de Lidianópolis.
Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDAS
DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 275/93,
autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI,
que institui a Carteira de Prevenção do
Câncer Ginecológico e Mamário. Com PARECE-
RES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P..

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 333/93,
autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que
declara de Utilidade Pública o PROVOPAR,
Programa do Voluntariado Paranaense, no
Município de Assis Chateaubriand/Pr. Com
PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 359/93,
autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que
autoriza o Poder Executivo a Estadualizar
o trecho rodoviário que liga o Município
de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica. Com
PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e
C.O.P.T.C..

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 383/93,
autoria da Deputada EMILIA BELINATI, que
declara de Utilidade Pública a Congregação
das Irmãs de Betânia, com sede e foro na
Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com
PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 391/93,
autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que
declara de Utilidade Pública Estadual a
Associação de Proteção à Maternidade e à
Infância - APMI, com sede e foro no Muni-
cípio de Prudentópolis. Com PARECER FAVO-
RÁVEL da C.C.J..

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 397/93,

autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 10.156. (O Instituto de Educação do Paraná, sediado na Cidade de Curitiba, passa a denominar-se Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 400/93, autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 40/93, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 412/93, autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 419/93, autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Jussara ao Município de Terra Boa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 420/93, autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica (Ligando o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Alegre). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 422/93, autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Barbosa Ferraz - APMI, com sede no Município de Barbosa Ferraz - Pr.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 423/93, autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 424/93, autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Pinhão - Pr.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 426/93,

autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 431/93, autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que denomina o Hospital Geral do Portão e seu Centro Cirúrgico, respectivamente, Hospital Geral Mauro Senna Goulart e Centro Cirúrgico Albert Sabin. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 433/93, autoria do Deputado NEREU MOURA, que declara de Utilidade Pública a APMI de Catanduvas, com sede e foro naquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 436/93, autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 440/93, autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a Creche - Escolar Crisálida, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 441/93, autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a Creche Estrela D'Alva, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 443/93, autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a Creche Nice Braga, com sede e foro no Município de Jundiá do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 456/93, autoria do Deputado LUIZ CARLOS ZUK, que denomina Doutor Diogo Emanuel de Almeida, a Rodovia 153, no trecho que liga Imbituva a Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 108/93, autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Puxavante de Lidianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no B.A. nº 26, de 01.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 108/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 108/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Filantrópica Puxavante de Lidianópolis", com sede no Município de Lidianópolis.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTUR RITTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 275/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, institui a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 81, de 21.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 275/93

AUTOR: Deputado Luiz Antonio Setti

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em epígrafe, objetiva instituir a Carteira de Prevenção de Câncer Ginecológico e Mamário para as mulheres residentes no Estado e propõe outras providências.

Analisado sob o aspecto constitucional, observa-se que o mesmo atende as exigências legais, estando conseqüentemente apto para ser analisado pelas demais comissões temáticas desta Casa de Leis.

Eis que, por essas razões, o parecer lhe é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 275/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, o presente Projeto de Lei n° 275/93 institui, na rede estadual de saúde, a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde Pública, analisando a matéria, posicionaram-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 275/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 275/93, de autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, ora sendo examinado por este relator, institui na rede estadual de Saúde, a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário.

A matéria já mereceu por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

No que concerne a este relator, face ao alto alcance social da medida proposta, e mais a sua plena legalidade, emito parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 333/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, do Município de Assis Chateaubriand - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 90, de 05.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 333/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 333/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense do Município de Assis Chateaubriand.

Da análise do referido projeto uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei n° 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTUR RITTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 359/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 102, de 02.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 359/93

Autor: Deputado Nilton Barbosa

P A R E C E R:

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que

liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica.

Analizando o Projeto de Lei em questão, tratando-se de matéria meramente autorizatória, no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação do douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 24.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 359/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o presente Plano de Lei autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao distrito de Vila Rica.

Analizado o projeto pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Esta Comissão, ao examinar o mérito da proposta, não encontrou óbices de qualquer natureza à tramitação normal desta medida.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
JOSÉ ALVES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 383/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs de Betânia, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 106, de 09.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 383/93

P A R E C E R:

De autoria da Deputada Emilia Belinati, o Projeto de Lei n° 383/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs de Betânia, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei n° 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTUR RITTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 391/93, autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção a Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Prudentópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 107 de 10.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 391/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei n° 391/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 397/93, autoria do Deputado Erondy Silvério. Altera a redação do Art. 1° da Lei n° 10.156. (O Instituto de Educação do Paraná, sediado na Cidade de Curitiba, passa a denominar-se Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 108 de 11.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 397/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei n° 397/93, tem por finalidade alterar a redação do art. 1° da Lei n° 10.156, 02 de dezembro de 1992. O Instituto de Educação do Paraná passa a denominar-se Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 397/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério, o presente Plano de Lei altera a redação do art. 1° da Lei n° 10.156 de 02 de dezembro de 1992, (O Instituto de Educação do Paraná, sediado na Cidade de Curitiba,

passa a denominar-se Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto).

Em análise a referida proposta, a douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente a sua aprovação.

Esta Comissão, não encontrou óbices de qualquer natureza que impeçam a tramitação normal da medida.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 400/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 40/93. Autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 110 de 16.08.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 400/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 40/93, o Projeto de Lei n° 400/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, o imóvel que especifica.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 400/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 40/93, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, o imóvel que especifica.

Tendo sido submetido a parecer da Comissão de Constituição e Justiça o presente recebeu opinião favorável.

No âmbito desta Comissão, o Projeto está perfeitamente adequado, não havendo óbices quanto à sua tramitação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao andamento e posterior aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 412/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 111 de 17.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 412/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 412/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário compreendido entre a BR-489 à estação experimental do IAPAR - no município de Xambrê.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais a normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 31.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 412/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário compreendido entre a PR-489 à estação experimental do IAPAR no município de Xambrê.

O presente recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão não existe qualquer óbice quanto a sua aprovação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a sua tramitação e posterior aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 419/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o município de Jussara ao município de Terra Boa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 111 de 17.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 419/93

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Jussara ao Município de Terra Boa.

P A R E C E R :

Analisando o Projeto de Lei em questão, tratando-se de matéria meramente autorizatória, no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação do douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 24.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 419/93

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o presente Plano de Lei, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Jussara ao Município de Terra Boa.

Analisando o projeto pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Esta Comissão ao examinar o mérito da proposta não encontrou óbices de qualquer natureza à tramitação normal desta medida.

Isto posto nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 420/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Ligando o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Alegre). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 111 de 17.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 420/93

P A R E C E R :

I. O nobre parlamentar propõe Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Alegre.

II. Procedida a análise da matéria, a presente proposição encontra-se de acordo com as normas a ela relativas.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 24.08.93

Curitiba, segunda, em 20.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 420/93

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o presente Plano de Lei autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Ligando o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Alegre).

Procedida análise da referida matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Sendo matéria meramente autorizatória, esta comissão não encontrou qualquer óbice à tramitação normal desta medida.

Isto posto, nosso parecer é favorável à aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 422/93, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Barbosa Ferraz - APMI, com sede no Município de Barbosa Ferraz - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 115 de 03.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 422/93

P A R E C E R :

De autoria do nobre Deputado Antônio Costenaro Neto, o Projeto de Lei n° 422/93, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Barbosa Ferraz.

Do ponto de vista regimental e constitucional, nada existe que possa impedir a sua normal tramitação por este Poder Legislativo, estando dentro das normas estabelecidas pela Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, recebe o parecer favorável desta Douta Comissão de Constituição e Justiça, para sua posterior aprovação pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 423/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 115 de 23.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 423/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que visa declarar de Utilidade Pública da "Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Estado do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

A referida entidade preenche as normas legais estabelecidas na Lei n° 6994, de 10.01.78, razão porque inexistente óbice de natureza regimental, legal e constitucional para seu encaminhamento.

Somos de parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 31.08.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 424/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Pinhão-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 115 de 23.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 424/93

P A R E C E R:

O Plano de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, objetiva declarar de Utilidade Pública a APMI - Associação e Proteção à Maternidade e à Infância com sede e foro no Município de Pinhão-PR.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, cabendo ressaltar o total atendimento aos preceitos contidos na Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que disciplina normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis no Estado do Paraná.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação de proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 426/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Declara de Utilidade Pública o Asilo de São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 115 de 23.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 426/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 426/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declara de Utilidade Pública o "Asilo São Vicente de Paulo", com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 31.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 431/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Denomina o Hospital Geral do Portão e seu Centro Cirúrgico, respectivamente, Hospital Geral Mauro Senna Goulart e Centro Cirúrgico Albert Sabin. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 115 de 23.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 431/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério o Projeto de Lei n° 431/93, tem por finalidade denominar o Hospital Geral do Portão e seu Centro Cirúrgico respectivamente "Hospital Geral Mauro Senna Goulart" e Centro Cirúrgico Albert Sabin".

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.93.
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 433/93, de autoria do Deputado Nereu Moura. Declara de Utilidade Pública a APMI de Catanduvas, com sede e foro naquele Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 115 de 23.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 433/93

P A R E C E R:

O Plano de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, objetiva declarar de Utilidade Pública a APMI, Associação e Proteção à Maternidade e à Infância com sede e foro no Município de Catanduvas.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, cabendo ressaltar o total atendimento aos preceitos contidos na Lei Estadual n° 6.994, de

10 de janeiro de 1.978, que disciplina normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis no Estado do Paraná.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação de proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 436/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a Discussão.** (Publ. no D.A. n° 115 de 23.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 436/93

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse, o Projeto de Lei n° 436/93, ora sendo examinado por este relator, visa declarar de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Como resultado da análise proferida, constatamos estar o retro citado plano de Lei em perfeita consonância com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, dispositivo que dita as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Tais fatos, levam este relator a emitir parecer FAVORÁVEL, considerando o mesmo em perfeitas condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 440/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Creche - Escolar Crisálida, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a Discussão.** (Publ. no D.A. n° 116 de 24.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 440/93

PARECER:

O Projeto de Lei n° 440/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Creche-escolar "Crisálida", com sede e foro no Município de Colombo.

Nos termos estritos da competência

Curitiba, segunda, em 20.09.93

desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo plenário.

Sala das Comissões, em 31.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 441/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Creche Estrela D'Alva, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a Discussão.** (Publ. no D.A. n° 116 de 24.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 441/93

PARECER

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Estrela D'Alva, com sede e foro no Município de Colombo.

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices para sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça Parecer FAVORÁVEL.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 443/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Declara de Utilidade Pública a Creche Nice Braga, com sede e foro no Município de Jundiá do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a Discussão.** (Publ. no D.A. n° 116 de 24.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 443/93

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Creche Nice Braga", com sede e foro no Município de Jundiá do Sul.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos estar de acordo com a Lei n° 6.994, de 10.01.78, que dispõe de normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 456/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk,

que denomina Doutor Diogo Emanuel de Almeida, a Rodovia 153, no trecho que liga Imbituva a Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. n° 119, de 31.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 456/93

P A R E C E R:

Ao avocar o parecer ao Projeto de Lei 456/93, pretendo prestar homenagem ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk pela feliz iniciativa da apresentação do projeto, para em seguida, dizer da oportunidade que esta Casa terá, de prestar tributo a um dos melhores Prefeitos que conheci ao longo de minha vida pública.

Honesto, honrado, capaz e de grande sensibilidade política, Diogo Emanuel de Almeida colocou Imbituva no Mapa do Paraná, tal a grandiosidade de sua gestão.

Muito feliz o Deputado Luiz Carlos Zuk em lembrar o nome Diogo Emanuel de Almeida, para denominar a Rodovia Irati-Imbituva, pois a ninguém é dado desconhecer a luta que aquele ilustre homem público teve para o asfaltamento da mesma, agora realizado pela clarividência dos Senhores Governador e Secretário dos Transportes.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 3472, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3482, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Os demais requerimentos que necessitam de discussão e votação esta Presidência transfere para a Sessão de amanhã.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Consulto Vossa Excelência, a respeito daquela conversa que tivemos anteriormente sobre a formalização da Comissão Especial sobre a questão de Salto Caxias e mesmo tendo havido a concordância das Lideranças - e os Partidos já indicaram todos os membros - não havendo quórum para votação do requerimento - ou havendo - se Vossa Excelência poderia formalizar a constituição da Comissão nesta Sessão.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Reiterando as colocações do Deputado Ovídio Constantino, vamos ter uma reunião amanhã com a COPEL. Vamos ter uma reunião com a COPEL e com os atingidos, de forma que seria importante que Vossa Excelência, formalizasse essa Comissão, a fim de que a gente possa participar dessa reunião já com algo legítimo e legal, de forma que nós fazemos este apelo a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência anuncia que, diante do entendimento mantido com as Lideranças, fica constituída a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, com a seguinte composição:

Bancada do PT - Ovídio Constantino

PMDB - Luiz Henrique Bona Turra e Nereu Moura

PDT - Namir Moura

PP - Antônio Annibelli

PFL - Duílio Genari

PTB - Ademar Traiano

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira - dia 21, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 041/93, 042/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 398/91, 108/93, 172/93, 275/93, 333/93, 359/93, 383/93, 391/93, 397/93, 400/93, 412/93, 419/93, 420/93, 422/93, 423/93, 424/93, 426/93, 431/93, 433/93, 436/93, 440/93, 441/93, 443/93, 456/93.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 358/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 398/92, 453/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 230/92, 273/92, 021/93, 209/93, 448/93, 450/93, 452/93, 457/93, 462/93, e do Projeto de Resolução n° 003/93.

Levanta-se a sessão.